

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura

Programa de Pós-Graduação em Ensino de História

Luiz Antonio Ferreira

**CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS: SOCIEDADE
PRIMITIVA OU SOCIEDADE AUTOINSTITUÍDA?**

Rio de Janeiro
2020



Luiz Antonio Ferreira

**CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS: SOCIEDADE PRIMITIVA OU SOCIEDADE
AUTOINSTITUÍDA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador Prof. Dr. Selmo Nascimento

Rio de Janeiro

2020

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

F383 Ferreira, Luiz Antonio

Confederação dos Tamoios: sociedade primitiva ou sociedade autoinstituída? / Luiz Antonio Ferreira. - Rio de Janeiro, 2020.
57 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Selmo Nascimento.

1. História – Estudo e ensino. 2. Brasil - História - Confederação dos Tamoios, 1560-1572. 3. Povos indígenas. I. Nascimento, Selmo. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Luiz Antonio Ferreira

**CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS: SOCIEDADE PRIMITIVA OU SOCIEDADE
AUTOINSTITUÍDA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 17 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Doutor Selmo Nascimento (CPII – Orientador)

Doutor Julio César Paixão Santos (CPII)

Doutora Caroline Araujo Bordalo (CEFET)

Dedico ao meu pai Antônio (in memoriam) que emigrou para este país como tantos portugueses. Pai e amigo que jamais me abandonou.

Minha incentivadora, minha namorada, amiga, amante, parceira, companheira e tão amada esposa Márcia.

Aos meus maravilhosos filhos meu filho Pedro Antônio e minha filha Maria Antônia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai (in memorian) que me ensinou a ser honesto e sempre manter meus princípios em qualquer situação, ao meu orientador professor doutor selmo nascimento pela sua preciosa paciência e orientação, aos meus filhos, pedro antônio pela paciência e pronta ajuda, a minha filha maria antônia que sempre acreditou e incentivou, agradeço imensamente a minha esposa márcia, que tem segurado todos os problemas, para que eu consiga alcançar este sonho, te agradeço muito, márcia te amo.

Nas favelas, no senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação

Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

No Amazonas
E no Araguaia ia, ia
Na Baixada Fluminense
No Mato grosso
E nas Gerais
E no Nordeste tudo em paz
Na morte eu descanso
Mas o sangue anda solto
Manchando os papeis
Documentos fiéis
Ao descanso do patrão

Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

Terceiro mundo se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão

Que país é esse?
Que país é esse?
Que país é esse?

Renato Russo

RESUMO

FERREIRA, Luiz Antonio. **Confederação dos tamoios: sociedade primitiva ou sociedade autoinstituída?** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2020.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo, apresentar A Confederação dos Tamoios como uma Sociedade Autoinstituída, visto que a mesma, em determinados momentos da historiografia, foi vista como uma sociedade primitiva, tanto por cronistas da época, quanto por portugueses no momento da ocupação do Brasil. Analisou-se como os hábitos e costumes diferenciados dos indígenas tornaram-se surpreendentes para os estrangeiros europeus do século XVI, que conseqüências este encontro de culturas diferentes teve ao moldar tanto a maneira de pensar e agir dos grupos indígenas, quanto dos invasores. Procurou-se analisar este encontro de culturas sem pensamentos etnocêntricos, foi utilizada historiografia de cronistas da época da ocupação, cronistas estes que participaram ativamente do processo histórico, os quais relatam os costumes da época seja de estrangeiros, seja das populações originais do Brasil. Utilizou-se, também, a opinião de cronistas atuais sobre o conceito de sociedades autoinstituídas e sociedades sem Estado, inclusive, citando algumas experiências mais recentes de sociedades autoinstituídas. Apresenta-se, também, como o ensino da História indígena é abordado em sala de aula, a princípio de forma tradicional, ao passo que o mesmo iniciou um processo de mudança por causa dos movimentos de luta por direitos indígenas, a partir da década de 1970. Atualmente esta pesquisa é relevante pois tenta elucidar aos docentes seu dever em repensar a didática e a metodologia de ensino sobre como uma sociedade pode se autoinstituir, demonstrando que essas já existiram em nosso meio, além de como é necessária uma nova maneira de se pensar a sociedade.

Palavras-chave: Confederação dos Tamoios. Sec. XVI. Povos indígenas. Sociedade Autoinstituída.

ABSTRACT

FERREIRA, Luiz Antonio. **Confederação dos tamoios: sociedade primitiva ou sociedade autoinstituída?** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2020.

This monograph's objective is to present the The Confederation of Tamoios as a self-instituted society, as it was, at certain moments of historiography, seen as a primitive society not only by the chroniclers of the time, but also by the Portuguese in the occupation of Brazil. It was analyzed how the distinctives habits and mores of the indigenous made the foreign Europeans, in the XVI century, impressed, what consequences this encounter of different cultures made not only in the way of thinking and acting of the natives, but also the invaders. This monograph tried to analyzed the encounter of both cultures without any ethnocentric thought, it was utilized chronicle's historiographic of the time, these that have actively participated in the historic process, that report the mores of the times, both the foreigners and the native populations of Brazil. It was, also, utilized the opinion of current chronicles about the concept of self-instituted society and society without a State, also, reporting recent experiences of self-instituted society. It is, as well, presented how the teaching of indigenous history is approached in the classroom, at first at a traditional way, changing as movements of indigenous rights started at the 70's decade. Currently, this research is relevant as it tries to elucidate to teachers their duty to rethink didactics and teaching methodology about how a society can self-institute, demonstrating that these already existed in our environment, in addition to how a new way of thinking about society is needed.

Keywords: The Confederation of Tamoios. Century XVI. Indigenous Community. Self-instituted Society.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	11
2 OBJETIVO.....	13
3 FONTES E METODOLOGIAS	15
4 PORTUGAL.....	16
5 O MOVIMENTO SOCIAL E A REVOLTA NO BRASIL NO PERÍODO COLONIAL (CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS)	19
6 OS RELATOS DOS CRONISTAS SOBRE AS SOCIEDADES E CULTURAS DOS NATIVOS DO BRASIL.....	24
7 SOCIEDADE AUTOINSTITUÍDA, AUTOGESTÃO E AUTONOMIA: AS POSSÍVEIS DEFINIÇÕES DE UMA SOCIEDADE	37
8 O CONCEITO DE SOCIEDADES “PRIMITIVAS” SEGUNDO AUTORES NOTÁVEIS	41
9 A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS NAS SALAS DE AULA, CONTEMPORANEAMENTE	49
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

1 APRESENTAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O presente TCC tem como objetivo analisar e esclarecer sobre um dos primeiros movimentos sociais de origem e identidade brasileira: A Confederação dos Tamoios. Teria sido a Confederação dos Tamoios uma Sociedade primitiva? Uma Sociedade auto instituída?

Durante a confecção deste TCC, tornou-se muito evidente que a real intenção dos portugueses era a de utilizar a mão de obra indígena no árduo processo de colonização sem, contudo, reconhecer a existência de uma sociedade nativa nestas terras.

No dia 22 de abril de 1500, as caravelas de Pedro Álvares Cabral, chegaram a uma terra nova, que foi denominada como terra de Santa Cruz, por Cabral, no entanto a mesma já tinha o nome de Pindorama, nome este dado pelos nativos. O contexto desta possível descoberta deve ser entendido como parte importante da história de Portugal e do pioneirismo dos mesmos nas “Grandes Navegações”, porém sobre o ponto de vista indígena esta descoberta é uma invasão de suas terras e escravização de seus povos.

Logo aquela que pensaram ser uma terra desabitada revelou-se como sendo o habitat de diversas etnias, as quais se posicionavam totalmente contra a matriz étnica a que os desbravadores pertenciam. Esse choque de culturas, de uma sociedade que se denominava como a mais desenvolvida, tanto em suas relações sociais como em suas relações de trabalho, se viu no direito de classificar, reprimir e escravizar aqueles que não compartilhavam de suas ideologias.

O modo de vida dos “selvagens” foi considerado como uma afronta a “civilização”. E a possibilidade de extrair riquezas da nova terra foi aceita com rapidez. A familiaridade dos índios com objetos aparentemente de ouro e prata trouxeram a atenção dos estrangeiros para tudo que poderiam tirar das profundezas das montanhas.

No dia 26 de abril, a primeira missa foi rezada nas terras descobertas, dando início a um longo processo de interferência nas crenças e nos costumes indígenas. Após o dia primeiro de maio, com a oficialização de posse às terras descobertas, o interesse nas possíveis riquezas se dissipou. Em seu relato ao rei, Dom Manuel, Pero Vaz de Caminha descreveu a terra como não tendo riqueza imediata, embora servisse de “estadia” para aqueles que seguiam a caminho das Índias.

Raríssimas foram às exceções de se compreender esses povos. É comum que na mentalidade da época se evocava a visão de que esses povos indígenas eram qualquer outra coisa, menos humanos. Grande parte dos europeus considerava o indígena como o “outro” e

jamais o “igual”. Isto porque a descoberta do Novo Mundo pôs o europeu diante de povos que ele não sabia explicar, apesar de encontrar neles características semelhantes, como a aparência física, Adauto Novaes em seu livro “a Outra Margem do Ocidente” discorre sobre o descobrimento e como o europeu reagia desta maneira ao “outro”

Confrontados pela primeira vez com um tipo de sociedade radicalmente diferente-‘um estado social pleno e acabado’ que o olhar estrangeiro não soube ver -, os ocidentais não hesitaram em impor sua concepção de sociedade humana. Nas suas representações políticas não havia lugar para o diferente [...] Pela força, o Ocidente impôs ao Outro sua singularidade absoluta. (NOVAES, 1999, p. 7).

Com o passar do tempo, a inevitável competição pelas terras, riquezas e possibilidade de expansão se espalhou, fazendo com que outros povos europeus se aventurassem na extração das riquezas e até mesmo a colonização.

Foi neste clima de instabilidade econômica e territorial, promovido pelos portugueses, associado a crescente necessidade de mão de obra, tanto para a retirada do Pau-Brasil quanto para o plantio de cana de açúcar, que se iniciaram as primeiras rebeliões indígenas e as primeiras manifestações. A principal característica desta sociedade foi a preservação de sua liberdade, preferiam a morte do que a escravidão como cita Aylton Quintiliano em seu livro “A Guerra dos Tamoios” publicado em 1965. Atualmente, a Confederação dos Tamoios pode ser concebida como uma sociedade auto instituída, afirmação esta que pretendemos analisar e entender por meio deste TCC.

2 OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é mostrar que a história oficial sempre omitiu e continua omitindo as lutas de resistência dos povos indígenas contra os invasores, escravistas, colonizadores e exploradores, em particular a “Confederação dos Tamoios”. A demonstração desses fatos, pela história, quase sempre se dá por meio da inversão dos papéis, apresentando esses povos como vilões, incivilizados, bárbaros, antropófagos e incapazes de se organizar em sociedade. Percebe-se por meio dos relatos dos próprios cronistas da época, mesmo sem perceberem, que os indígenas possuíam um alto grau de civilidade, o que pode ser considerado uma questão de perspectiva e de um olhar menos eurocêntrico e com menos etnocentrismo.

Importante salientar que o indígena se posicionou o tempo todo com sua percepção de vida, sempre houve resistência nessas lutas, o povo indígena forjava suas próprias lideranças.

Um outro objetivo com o meu TCC pauta-se na análise da Confederação dos Tamoios e de como a mesma pode ser apresentada para os alunos do ensino fundamental, visto a necessidade de uma discussão sobre a mesma principalmente no momento conservador em que o Brasil se encontra.

Esse é um tema bastante relevante nos dias atuais, já que o conhecimento sobre os nativos do Brasil do século XVI baseia-se em relatos e descrições confeccionados pelos viajantes europeus que aqui estiveram na época. Esse conhecimento não foi confeccionado pelos próprios povos indígenas haja visto os mesmos desconhecerem a escrita e assim sendo, não puderam deixar documentos escritos sobre o próprio passado.

Abordando esse assunto pode-se, particularmente, citar os livros do alemão Hans Staden “Duas Viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil” e do francês Jean de Lery “Viagem à Terra do Brasil” esses autores conviveram com os índios nos idos de 1550, não se pode deixar de citar, é claro, os jesuítas Manuel da Nóbrega no “Cartas do Brasil e mais Escritos do Padre Manuel da Nóbrega” e José de Anchieta no livro “Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões”

Resumindo deve-se sempre procurar pesquisar, estudar e analisar de uma forma mais atual e rebuscada esses relatos e registros. Ressalto que esse é um assunto negligenciado na historiografia da fundação da cidade do Rio de Janeiro e também na História indígena do século XVI. Com a década de 1990 há o surgimento de livros e teses abordando a nova história indígena, ainda assim a Confederação dos Tamoios continua sendo mais abordado como rodapé das páginas dos textos historiográficos, do que propriamente um capítulo de dedicação ao assunto, refletindo assim no ensino da fundação da cidade do Rio de Janeiro, nos mais

diferenciados segmentos escolares, dessa forma ressaltamos que o assunto Confederação do Tamoios é abordado de forma muito superficial nos capítulos de história da cidade do Rio de Janeiro e conseqüentemente é subvalorizado no ensino.

3 FONTES E METODOLOGIAS

As descrições do Brasil foram redigidas, nos séculos XVI e início do século XVII, tanto por leigos, como por colonos, burocratas e religiosos. Os objetivos, os preconceitos, os medos e as expectativas de cada personagem marcaram os relatos, assim como as vivências pessoais no contato com o Novo Mundo e seus nativos.

É importante saber que com o tempo, muitas ideias e concepções europeias iniciais foram sendo abandonadas no decorrer do contato e da convivência e que em seu lugar, surgiram as concepções que incorporavam a experiência do relacionamento com seus outros habitantes e das lutas pela ocupação da terra.

As fontes previstas para serem utilizadas nesta pesquisa são aquelas disponíveis na historiografia sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro, partindo de leituras de textos, tenho como objetivo analisar a Confederação dos Tamoios como uma sociedade auto instituída. São fontes históricas quinhentistas que possibilitam a interpretação da conquista da América portuguesa durante o século XVI. Elas estão inseridas no contexto histórico, como correspondências produzidas entre os navegadores e o governante do Brasil. Além dessas, há livros escritos à época por navegadores franceses sobre a colonização da França Antártica. São fontes públicas em que muitas delas alguns historiadores já trabalharam. No entanto, essas fontes sempre podem ser analisadas sob um novo olhar, são de fácil localização, podendo ser consultadas nas bibliotecas públicas, seja pela internet ou não, e podem particularmente serem consultadas nos sites das bibliotecas portuguesas.

Transmutando para a atualidade pretendemos demonstrar, por meio da ótica de diversos autores, como essa forma de resistência indígena, exemplificou uma sociedade que se auto instituiu sem a necessidade premente da formação de um Estado aglutinador de poderes.

4 PORTUGAL

Quando se usa o termo “Descobrimento do Brasil” entende-se que a terra Brasil não era habitada e que os portugueses foram os primeiros a encontrá-la. No entanto, a narrativa dos fatos evidencia que havia a presença de mais de cinco milhões de indígenas, divididos em várias nações, habitando a terra Brasil muito tempo antes da chegada dos portugueses, e que esse fato foi sistematicamente ignorado, podemos citar o historiador Francisco Iglesias sobre o sentido da palavra descobrimento pois o mesmo discorre em sua obra ” Encontro de duas culturas: América e Europa”.

A palavra descobrimento, empregada com relação a continentes e países, é um equívoco e deve ser evitada. Só se descobre uma terra sem habitantes; se ela é ocupada por homens, não importa em que estágio cultural se encontrem, já existe e não é descoberta. Apenas se estabelece seu contato com outro povo. A expressão descobrimento implica em uma ideia imperialista, de encontro de algo não conhecido; visto por outro que proclama sua existência, incorporando-o ao seu domínio, passa a ser sua dependente. (IGLESIAS, 1992, p. 23).

O descobrimento do Brasil é um dos momentos marcantes do processo de expansão marítima e comercial portuguesa nos séculos XV e XVI. A Coroa Portuguesa, envolvida de forma quase obsessiva com os negócios lucrativos do Oriente, pouco mudou a sua política com a descoberta da nova terra americana.

As notícias que chegavam a Dom Manuel não correspondiam às expectativas da Coroa. Essas notícias não apontavam para a existência de metais preciosos, de especiarias, nem de outras riquezas de interesse no território ao que parecia à primeira vista, apenas existiam nativos.

Em sua carta ao rei Dom Manuel, Pero Vaz de Caminha, o escrivão da frota de Cabral, caracterizou a terra como um espaço virgem, sem riqueza imediata, mas com uma determinada e já precisa utilidade, servindo como ponto de apoio de chegada a Índia "ter aqui está pousada para estar na navegação de Calicute"

Os governantes de Portugal reconheciam a vantagem estratégica de um território localizado no litoral atlântico-sul. Esse território serviria como escala dos navios rumo às riquezas das Índias e, sobretudo, ajudaria a garantir o monopólio da Rota do Cabo, em direção às Índias. É descrito pelo historiador Luis Filipe Barreto em sua obra “Descobrimientos e Renascimentos, Forma de Ser e Pensar nos séculos XV e XVI” que Dom Manuel, tomou algumas iniciativas após o descobrimento, e que em 1501 teria enviado uma expedição de reconhecimento. Essa expedição teria sido comandada por Gaspar de Lemos. Américo

Vespúcio, grande navegador italiano de grandes conhecimentos náuticos, ele liderou a expedição promovendo recolhimento de informações sobre o local e sobre suas possíveis riquezas.

Por um longo período, a terra americana permaneceu quase que em extremo abandono. A Índia continuava a ser o grande alvo das navegações marítimas portuguesas. O interesse mercantil e religioso prevalecia acima de quaisquer outros interesses, isso fica evidente no registro do historiador português Luís Filipe Barreto. “A alternativa ao espaço índico, território das especiarias e pedras preciosas, é para todo o nosso século XVI, o Norte da África. Índia e Marrocos, por vezes, dão-se as mãos como meios para um fim mais histórico “(BARRETO, 1983, p. 5).

A historiadora Maria Fernanda Bicalho em seu artigo “A França Antártica, o corso, a conquista e a peçonha luterana”, de 2008, demonstra que Portugal em claro empreendimento capitalista terceirizou a colonização brasileira utilizando-se de sua vassalagem.

O domínio sobre as riquezas do Oriente era um interesse tão forte para a economia de Portugal que, quando os navegadores Fernão de Magalhães e Sebastião El Cano, a serviço da Espanha, realizaram, entre 1519 e 1522, a primeira viagem de circunavegação, passando pelo arquipélago das Molucas, chamado de Ilhas das Especiarias, os portugueses sentiram-se ameaçados. Eles temiam que surgissem dúvidas quanto à posse daquelas terras, dada a difícil demarcação do Tratado de Tordesilhas. Assim, para garantir o controle de suas terras, e, conseqüentemente do lucrativo comércio oriental, o rei de Portugal propôs, ao rei da Espanha, a compra do arquipélago, o que foi realizada em 1529, com o Tratado de Saragoça. Esse Tratado dava a Portugal todos os direitos sobre as Ilhas das Especiarias, e dividia os domínios orientais dos dois países, na altura das Filipinas.

Resumidamente, pode-se concluir, por meio dos registros da época, que a principal característica do processo de colonização do Brasil, pelos portugueses, não foi pacífico, pois com o objetivo de conquistar, povoar, civilizar e explorar as terras brasileiras os indígenas que aqui viviam foram subjugados, forçados a submissão e exploração. Todo o processo ocorreu por meio da utilização da mão-de-obra como escrava tanto a indígena como posteriormente a africana, houve também o uso de violência na tentativa de conter os movimentos sociais das tribos que aqui habitavam. Na tentativa feroz de apropriação das terras indígenas, os habitantes, do futuro Brasil, foram subjugados pelos europeus bem como também foram subjugadas suas culturas, seus hábitos e suas religiões.

Quando os europeus tiveram os primeiros contatos com a população indígena, perceberam que os povos que aqui habitavam possuíam uma cultura material não adaptada à exploração comercial europeia, e acabaram exterminando muitos deles, tanto por conflitos de cultura quanto também por doenças trazidas por eles.

O processo de colonização do Brasil foi lento, ao longo das primeiras décadas, somente nos primeiros 30 anos os portugueses efetivaram alguns poucos empreendimentos. Ao longo desse período, eles exploraram a faixa litorânea e deram nomes a alguns lugares. Ao descobrirem a grande quantidade de pau-brasil nesta região, se limitaram a explorá-la na retirada das madeiras usando para isso a mão-de-obra escrava dos índios, processo esse que ficou conhecido como produção do escambo, ou seja como os índios não conheciam o dinheiro, trabalhavam na retirada e armazenamento do pau-brasil recebendo pelo trabalho executado, objetos como apitos, espelhos, chocalhos, machados, ou seja objetos de pouco valor na Europa, mas que os povos indígenas não possuíam.

5 O MOVIMENTO SOCIAL E A REVOLTA NO BRASIL NO PERÍODO COLONIAL (CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS)

1. REVOLTA: A Confederação dos Tamoios ou Tamuya.

ANO: Entre 1554 e 1567

LOCAL: Litoral Norte paulista começando por Bertioga e litoral fluminense, até Cabo Frio, envolvendo também tribos situadas ao longo do Vale do Paraíba, na Capitania de São Vicente.

CAUSA E OBJETIVO: Essa revolta deu início a partir do casamento entre a indígena Mbici, também conhecida como Bartira, filha do chefe dos Guaianases (cacique Tibiriçá), e o português João Ramalho, pois os indígenas acreditavam que quando uma pessoa se casava com alguém de uma determinada tribo, ela passava a fazer parte da mesma, e os portugueses se aproveitaram da situação para escravizar os indígenas. Estes últimos se revoltaram contra os portugueses que além de querer escravizá-los, faziam fortes ataques e não aceitando a situação os indígenas com a ajuda dos franceses se revoltaram contra os colonos.

LÍDERES: Cunhambembe, Aimberê, Pindobucú, Koakira, chefes de guerra indígenas, e o francês Villegaignon que ajudou os tupinambás oferecendo armamentos.

CONSEQUÊNCIAS: Muitos índios foram mortos devido à resistência e as doenças que contraíram em contato com os brancos.

Após a derrota final dos Tamoios, os portugueses compreenderam que seria difícil usar a mão de obra indígena, devido às rivalidades entre as tribos e a desvantagem numérica, já que a possibilidade de revoltas seria grande.

Sendo assim, optaram pela prática da escravidão africana, juntamente com a prática comercial de escambo, neste caso utilizando a troca de pessoas por mercadorias.

Na região da baía de Guanabara, vivia a pequena tribo dos Termiminós, que impelida pelos seus inimigos Tamoios, aliaou-se aos portugueses em luta contra os franceses (1555-1565). Depois da guerra, seu chefe Araribóia, obteve como forma de reconhecimento e pagamento pelos seus serviços prestados a coroa, para sua tribo uma sesmaria, atualmente chamada de Niterói. Apesar de aliados militares dos portugueses, suas terras foram sendo paulatinamente tomadas pelos colonos e os últimos remanescentes viviam em grande miséria no século XIX.

Os portugueses resolveram se aproveitar das crises na colônia francesa, conhecida em nossa historiografia como França Antártica, para atacar o forte Coligny em 1560. Comandados pelo terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá, os lusitanos auxiliados por índios Temiminós, inimigos naturais dos Tamoios lançaram um ataque surpresa, arrasando a fortaleza

calvinista. Mesmo com a destruição do Forte Coligny, os franceses se reorganizaram e por sua vez, auxiliados pelos Tamoios, fundaram outros dois fortes no continente, dispendo ainda de dois navios de guerra, ancorados na enseada, além de centenas de canoas armadas com índios flecheiros. Assim sendo, as posições portuguesas continuavam sendo atacadas. Por sua vez, os Tamoios observando a sorte que os esperava com a derrota francesa, formaram uma coligação com outras nações indígenas, que faziam oposição ao domínio português, incluindo Tupinambás, Goitacazes, Aimorés e, até mesmo com uma ala de inimigos tradicionais, como os Tupiniquins. A união dos silvícolas foi denominada de Confederação dos Tamoios, dominando uma extensa área litorânea, compreendida de Cabo Frio até Bertioga.

De acordo com Ricardo Maranhão e Maria Fernanda Antunes, (1999), “pela primeira vez na História de nossos indígenas se viu uma tentativa de organização política mais ampla entre eles, superando o regime tribal. Os índios pareciam estar percebendo que diante dos brancos só teriam a perder se permanecessem desunidos”.

Na realidade, os índios se conscientizaram diante da ameaça portuguesa, tornando a Confederação uma força poderosa e, aliada ao elemento francês, pôs em xeque o domínio português na Capitania de São Vicente, podendo se alastrar para outras partes, caso o exemplo Tamoio fosse seguido por outras tribos. Era preciso então, “quebrar” essa união.

No ano de 1563, a Confederação atacou a Vila de São Paulo, com o apoio francês, a força indígena era composta por mais de cinco mil homens e duzentas canoas de guerra, foi uma ameaça tão formidável que poderia ter expulsado os portugueses. Desta forma os padres jesuítas Manuel da Nobrega e José de Anchieta foram enviados pelas autoridades portuguesas na tentativa de negociar um acordo de paz com os Tamoios. “Hospedando-se” na oca do cacique

Caoquiera em Iperoig, iniciaram negociações com vários chefes entre eles Pindobuçu, Cunhambebe e Aimbiré, que era aliado dos franceses e feroz inimigo dos portugueses se opôs fortemente, porém foi voto vencido, cabendo a Pindobuçu a palavra final sobre o acordo de paz.

Os jesuítas conseguiram um acordo de paz, embora a superioridade indígena pudesse arrasar os portugueses, este acordo foi conseguido muito em prol da neutralidade de Pindobuçu e Cunhambebe que abandonaram seus irmãos no conflito, pois erroneamente acreditavam na paz oferecida pelos portugueses, estes dois líderes indígenas com esta atitude decretaram o fim de suas tribos, já Aimbiré retornou para sua tribo na baía de Guanabara e continuou combatendo os portugueses sendo apoiado pelos franceses, como discorreu Joaquim Verissimo Serrão em sua obra “O Rio de Janeiro no Século XVI”.

Sobre os Jesuítas, Manuel da Nobrega foi libertado como sinal de paz, José de Anchieta permaneceu “hospedado” com os indígenas em Iperoig, onde escreveu seus famosos poemas da Virgem, mas também aproveitou-se para tomar conhecimento das forças e fraquezas dos Tamoios, inclusive das forças de Aimbiré, e quando foi libertado informou ao Governo-Geral, como os índios se preparavam para a guerra.

A coroa portuguesa nesta época era comandada pela Rainha D. Catarina, avó do futuro rei D. Sebastião, ao tomar conhecimento da paz firmada em Iperoig, a mesma determinou o envio de dois navios de guerra, comandados por Estácio de Sá, cujo objetivo era o aniquilamento total de franceses e Tamoios no Rio de Janeiro. Chegando à baía de Guanabara em fevereiro de 1564, a frota de Estácio de Sá foi afugentada pelos Tamoios, comandados pelos caciques Aimbiré e Guaixara, ataque este que os fez bater em retirada para Santos para reabastecerem, a frota seguiu depois para o Espírito Santo, onde os portugueses conseguiram o apoio fundamental dos Temiminós, liderados por Arariboia.

De 1565 a 1567, Estácio de Sá conseguiu resistir e rechaçar os ataques da Confederação dos Tamoios que contavam com o auxílio dos franceses, apesar da Confederação ser muito mais poderosa que os franceses em números, Estácio de Sá conseguiu resistir até a chegada de seu tio e Governador Geral Mem de Sá, que trouxe reforços responsáveis por vitórias decisivas, como nos relata o professor Paulo Pereira dos Reis, a primeira batalha foi “contra a aldeia fortificada do cacique Uruçu-Mirim, cujos defensores foram exterminados, [...] depois de atacarem e arrasarem com a artilharia, a aldeia de Paranapecui, a segunda maior aldeia da já fragmentada Confederação.(REIS, 1979, p. 54).

Na realidade, a Coroa portuguesa havia decidido empreender uma guerra de extermínio contra os Tamoios, prosseguindo nas operações de guerra ao longo de 1567 e 1568, com o intuito de limpar a Baía da Guanabara de seus habitantes naturais. Por outro lado, mesmo distantes, os nobres franceses enviavam reforços da Europa, em um desespero para salvar a França Antártica, ainda em 1568. De acordo com Hernani Donato, (2001), quatro navios de guerra, vindos da França, chegaram ao local do conflito desembarcando tropas e atacando os portugueses de surpresa. Os franceses ainda assim perceberam que mesmo com o ataque surpresa não poderiam mais manter sua colônia, França Antártica, então resolveram se retirar, abandonando também a Confederação, partindo para a Europa.

Contudo, consolidada a conquista do Rio de Janeiro, cuja cidade de mesmo nome fora fundada em 1567 por Estácio de Sá, morto por uma flecha envenenada, os portugueses romperam o acordo feito por Anchieta e atacaram a aldeia de Pindobuçu, matando aproximadamente dois mil Tamoios e escravizando aproximadamente quatro mil. Ou seja,

Aimbiré tinha razão em não aceitar o pacto com os portugueses, pois os padres jesuítas não “moveram” uma palha ou proferiram qualquer palavra em defesa dos infelizes Tamoios de Pindobuçú. Segundo Eduardo Bueno (1997), tanto Nóbrega como Anchieta, os Apóstolos do Brasil, “consideravam aquela uma guerra justa e, (...) quanto mais índios hostis fossem escravizados tanto mais almas para salvar” (BUENO, 1997, p. 45). Tal era a posição oficial da Coroa Portuguesa, sob a aceitação da Igreja, que acreditava que as nações de gentios deviam se submeter as autoridades régia e papal, e serem derrotadas, visto que eram um obstáculo substancial ao projeto colonial português nos trópicos, a Igreja acreditava que os indígenas ao se aliarem aos franceses calvinistas deveriam ser punidos pois estavam contra a Igreja Católica e deveriam ser punidos sob o fogo dos canhões e das espadas portuguesas.

Ao ser derrotada a tribo de Pindobuçú em Iperoig, foi encerrada tristemente a Confederação dos Tamoios, que a nossa historiografia confirma como a primeira revolta nativa coletiva contra o domínio português no Brasil, como nos relatam os autores Beatriz Perrone-Moisés e Renato Sztutman em sua obra “Notícias de uma certa Confederação Tamoio”

Os Tamoios ocupavam a região do Rio de Janeiro até Ubatuba, no norte do estado de São Paulo, incluindo o vale do Paraíba. Chamados por alguns também de Tupinambás, os Tamoios eram grandes guerreiros, e sob a liderança de Cunhambebe, formaram uma confederação de tribos que, aliadas aos franceses durante dez anos (1555-1565) ameaçaram o povoamento português nas capitânicas do sul. Os Tamoios só foram derrotados após diversas ações militares dos governadores gerais, com reforços do Espírito Santo e São Vicente, e também através de alianças dos portugueses com os índios Termiminós, seus inimigos por tradição. Após a derrota, os que restaram fugiram para a Serra do Mar ou ainda mais longe.

O historiador Robert Southey, em sua obra “História do Brasil”, narra com duas passagens como ocorreu o Tratado de Iperoig, no primeiro trecho ele cita a recepção e atuação dos indígenas com os jesuítas:

À sua chegada a S. Vicente, achou Nóbrega a fortaleza levada de assalto, o capitão morto, e toda a sua família raptada pelos selvagens. Um dos jesuítas obteve dos naturais o nome de Abaré Bebé (o Padre Voador), pela rapidez com que corria de um lugar a outro, quando o seu dever o chamava. Nóbrega não merecia menos igual apelido não descansou enquanto não levou os deputados dos Tamoios a Itanhaém, e ali os reconciliou com os indígenas reduzidos; e depois a Piratininga, onde da mesma sorte teve lugar uma solene reconciliação na Igreja, estabelecendo a paz entre todas as diferentes hordas daquele circuito. Foi isto obra de três meses, durante os quais não correu Anchieta poucos perigos entre os selvagens. (SOUTHEY, 1981, p. 213).

No segundo trecho, Southey, narra como os colonos portugueses romperam o acordo com os Tamoios, assim que se sentiram suficientemente fortalecidos:

À sua chegada ao Brasil haviam sido os portugueses recebidos com júbilo pelos naturais, mas tanto que os originários possuidores do terreno perceberam que os hóspedes se iam tornando senhores, tomaram armas, e suspensas as intestinas dissensões, tentaram expeli-los. Armas de fogo europeias depressa os rechaçaram, a política europeia depressa lhes rompeu a efêmera aliança. Mas nem a paz com os colonos portugueses garantia a estes a segurança; quando é permitido reduzir inimigos à escravidão, não há amigos seguros. (SOUTHEY, 1981, p. 189)

Pode-se observar que nunca houve interesse dos colonos coexistir, pacificamente, com os verdadeiros donos da terra no século XVI. Os portugueses não pretendiam e não queriam reconhecer a autonomia dos índios, pretendiam sim ocupar as terras dos indígenas visando simplesmente acumular riquezas. Já os indígenas, por outro lado, desconheciam e rejeitavam a lógica mercantil, muito embora apreciassem os objetos introduzidos na colônia pelos europeus como pode ser exemplificado com a citação de Southey:

Para pescar os índios utilizavam espinhos... até que os europeus lhes forneceram anzóis; eram estes o maior presente que se podia fazer às crianças. [...] Tesouras para cortar o cabelo, e pinças para arrancar as barbas e as sobrancelhas eram avidamente procuradas, e os espelhos sobremaneira encantavam. (SOUTHEY, 1981, p. 185-186).

6 OS RELATOS DOS CRONISTAS SOBRE AS SOCIEDADES E CULTURAS DOS NATIVOS DO BRASIL

Se, por um lado, já está mais do que conhecido que a historiografia brasileira, até a década de 1990, ignorou os índios como sujeitos na nossa história, por outro, a Nova História indígena vem crescendo no campo da História procurando recuperar a memória sobre essas sociedades num espaço concreto.

Como o paraíso imaginado pelos europeus não se concretizou, alguns poucos favorecidos construíram um paraíso bem concreto para si, que lhes trouxe riquezas, prestígio e poder às custas das muitas vidas de nativos sacrificadas, de culturas exterminadas e pela exploração já predatória da natureza.

Os relatos dos cronistas do século XVI, já descreviam sobre o modo de vida dos indígenas. Deve-se lembrar que este primeiro contato ocorreu no litoral baiano, no entanto fica evidente a visão eurocentrista portuguesa sobre os nativos. Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares de Cabral em 1500, quando conheceu o que viria a ser a colônia portuguesa na América, foi o primeiro cronista a relatar sobre os indígenas. A carta que escreveu na ocasião tinha como objetivo informar o rei D. Manuel I sobre o achamento das terras e narrar-lhe o que ali haviam encontrado. Esse documento foi publicado no Brasil, em livro somente em 1817, na obra “Corografia Brasilica”. Ressalta-se que a carta de Caminha é considerada o primeiro documento redigido no Brasil, nessa carta nota-se que os portugueses trouxeram consigo os padrões de beleza eurocêntricos e os usaram para falar sobre os habitantes e seus costumes. Denota-se que os portugueses consideravam os indígenas ingênuos e inferiores aos europeus, como exemplificado nos trechos transcritos da Carta de Caminha, transcrita da obra do filólogo e historiador português J. Cortesão “A carta de Pero Vaz de Caminha “:

Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma. [...] Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. [...] A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um

furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber. [...] Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. [...] Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. (CORTESÃO, J. 1967, p. 32-34)

Caminha em sua carta escreve da quantidade de indígenas que por vezes chegavam até os portugueses, mas em momento algum descreve sobre algum tipo de liderança dos nativos:

“[...] homens que andavam pela praia, obra de 7 ou 8.” (CORTESÃO, J. 1967, p. 32-34)

“[...] estariam já na praia assentados perto do rio obra de 60 ou 70 homens que se haviam juntado ali [...]” (CORTESÃO, J. 1967, p. 32-34)

“Ali acudiram logo obra de 200 homens, todos nus, e com arcos e setas nas mãos.” (CORTESÃO, J. 1967, p. 32-34)

“Então se começaram de chegar muitos.” (CORTESÃO, J. p. 32-34)

“Eles acudiram à praia; muitos, segundo das naus vimos. No dizer de Sancho de Tovar, que lá foi, seriam obra de 300.” (CORTESÃO, J. 1967, p. 32-34)

“Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir mais. E parece-me que viriam, este dia, à praia 400 ou 450.” (CORTESÃO, J. 1967, p. 32-34)

“Eram já aí alguns deles, obra de 70 ou 80; [...] Andando-se ali nisto, vieram bem 150 ou mais”. (CORTESÃO, J. 1967, p. 32-34).

Contudo o nosso interesse está setORIZADO num período histórico mais a frente, na época da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, momento em que Portugal começa a se interessar realmente em colonizar o Brasil, pois a Coroa Portuguesa passou a observar que havia um real perigo de perder as terras para outras nações europeias que procuravam descobrir novas terras para colonizar e explorar. Desse período se destacam os diversos escritos de cronistas, missionários e cartas trocadas entre os donatários e funcionários da coroa portuguesa.

Uma dessas narrativas é a de Hans Staden, natural de Hesse na Prússia, um aventureiro que diante do insucesso de embarcar para a Índia, acabou viajando para o Brasil sob o título de artilheiro numa nau que partiu de Lisboa. Staden, visitou por duas vezes a colônia portuguesa, a primeira vez foi em 1547, permanecendo dezenove meses. A sua segunda estadia foi mais longa, aportando em 1550, durando cinco anos, dos quais os últimos nove meses foi prisioneiro de um grupo Tupinambá. De volta à Prússia em 1555, publicou no ano seguinte as suas memórias sobre essas duas viagens à colônia portuguesa, retratando particularmente a sua

experiência entre os índios. Uma de suas obras denomina-se: “Duas Viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil”. Ressalta-se que entre o relato do descobrimento do Brasil e o relato de Hans Staden decorrem-se mais de 50 anos, e que o período da Confederação dos Tamoiós foi de 1554 a 1567.

As viagens de Hans Staden estenderam-se de 1548 a 1555 e, nesse contexto, os europeus tinham acabado de chegar ao continente americano. A região que corresponde ao Brasil fazia parte da América portuguesa e, aqui, a principal atividade ainda desenvolvida era a exploração do pau-brasil.

No contexto da chegada de Staden ao Brasil, o modelo de Governo-Geral estava sendo implantado aqui com Tomé de Sousa, este o primeiro governador-geral do país. A América Portuguesa era dividida nas capitanias hereditárias, modelo de divisão do território estabelecido em 1534. Sobre sua estadia com os nativos ele relata sobre costumes e principalmente sobre a prática da Antropofagia, o que marcaria profundamente o imaginário europeu sobre as terras da América.

Seus costumes ainda não me eram tão conhecidos como os foram depois, e, portanto, pensei que agora estavam se preparando para matar-me. Mas logo chegaram os irmãos Nhaêpêpô-oaçu e Alkindar-miri, que me haviam aprisionado, e disseram que me haviam presenteado ao irmão do pai deles, Ipiru-guaçu, em sinal de amizade. Ele me guardaria e mataria quando quisesse me comer, o que faria, graças a mim, ganhar mais um nome.

A América é uma terra extensa. Existem lá muitas tribos de homens selvagens com diversas línguas e numerosos animais estranhos. Tem um aspecto aprazível. As árvores estão sempre verdes. Lá não crescem madeiras parecidas com as nossas madeiras de Hessen.

Os homens andam nus [...] naquela terra existem também algumas frutas de vegetação rasteira e arbórea, das quais homens e animais se alimentam. As pessoas têm o corpo de cor marrom avermelhada. Isso vem do sol, que as queima assim. É um povo hábil, maldoso e sempre pronto para perseguir e comer os inimigos. [...] Essas cabanas têm aproximadamente duas braças de altura, são redondas como uma abóbada de porão, no topo, e cobertas com uma espessa camada de folhas de palmeira para que não chova dentro. No interior, não são subdivididas por paredes. Ninguém tem quarto próprio; no entanto, cada núcleo, marido e mulher, dispõe de um espaço de doze pés no sentido longitudinal. [...] São pessoas bonitas de corpo e estatura, tanto homens quanto mulheres, da mesma forma que as pessoas daqui, exceto que são bronzeadas pelo sol, pois andam todos nus, jovens e velhos, e também não trazem nada nas partes pubianas. (STADEN, 1944, p. 94-95).

O encontro com os moradores do Novo Mundo trouxe estranhamento aos europeus e poucos foram os esforços para tentar compreendê-los. Dentre os relatos franceses sobre as experiências na nova terra descoberta pelos portugueses, encontram-se registros de vários homens por vezes comuns que publicaram suas experiências. Citam-se alguns, iniciando-se por, André Thevet, que foi o primeiro a descrever a flora, a fauna brasileira e os índios tupinambás.

André Thevet, foi um importante franciscano e geógrafo, com diversos trabalhos publicados entre 1558 e 1575. Seus registros abordaram quatro tópicos importantes na sociedade indígena: a religião, o casamento, a guerra e a liderança.

Em relação ao primeiro tópico, chama a atenção a crença dos indígenas na imortalidade da alma, distinguindo-se entre aqueles que haviam combatido corajosamente daqueles não o fizeram, ou seja, os indígenas valorizavam acima de tudo a coragem. Thevet relata: “Os primeiros ‘iriam com muitos outros espíritos, aos lugares agradáveis, com belos bosques, jardins...’; os outros, ‘as almas dos que não haviam combatido bem’, seriam levados por Arinhã, que é como chamam ao espírito maligno” (THEVET, 1953, p. 84-85)

Com relação ao matrimônio, Thevet, (1953), registrou, o respeito aos laços de consanguinidade e a conseqüente existência de relações de parentesco mesmo indo contra a opinião daqueles que acreditavam na promiscuidade dos indígenas. Esses aspectos foram assinalados tanto nas “Singularidades da França Antártica”, em 1557, como na “Cosmografia Universal”, de 1575.

Já sobre o adultério, Thévet registra: "Se uma mulher vem a pecar e engravidar, a criança ao nascer é enterrada viva e a mãe ou é trucidada ou abandonada aos rapazes" (THÉVET, 1953, p. 934).

Sobre a guerra, era defendido que a mesma deveria ser decidida em assembleia, ouvindo-se com respeito os anciãos - e o faziam, segundo ele, com grande respeito. Os anciãos permaneciam deitados e os demais, sentados, por serem mais sábios os primeiros, "[...] e parece que aprenderam esta filosofia na escola de um Aristóteles, ou outro dos sábios antigos"(THÉVET, 1953, p. 178-179).

O tópico liderança, por sua vez, foi associada pelo cronista católico à guerra, as lideranças surgiam em razão da guerra, Thévet registra a existência de alguns "reis" com características guerreiras, mas sublinha que, em geral

Não tem reis entre eles e são todos da mesma qualidade... [...] Os principais destes bárbaros e primeiros entre eles, aqueles que detêm alguma autoridade, e que falam em ir para a guerra, são os chefes de todos os outros e são os que devem responsabilizar-se pelas provisões de guerra (THÉVET, 1953, p. 252).

Jean de Léry, calvinista francês, sapateiro e estudioso de teologia. Embarcou para o Brasil com outros artesãos a fim de participar da tentativa de colonização francesa no Rio de Janeiro, a França Antártica. Chegou em março de 1557 e partiu em janeiro de 1558. Em seu livro descreve o estado da colônia francesa, os aspectos geográficos das áreas que visitou, a fauna, a

flora e os costumes indígenas e aldeias que conheceu. Seu objetivo, com a publicação das memórias, era informar sobre a malsucedida experiência colonizadora francesa na América do Sul. Publicou seu livro somente em 1577, dezoito anos após ter estado no Brasil. Porém, o primeiro relato, que já estava pronto em 1563, foi perdido e por isso reescreveu outro texto a partir de suas anotações.

O relato da experiência, no Brasil, do calvinista representa uma tentativa de compreensão dos indígenas, por isso, tornou-se referencial quando diz respeito à terra brasileira. No decorrer de sua estadia, tornou-se impossível a convivência pacífica entre católicos e protestantes, o que culminou na sua vivência ao longo de dois meses com os indígenas até seu regresso à Europa, pois esta primeira experiência francesa, conhecida como França Antártica mostrou-se fracassada devido em grande parte a forma tirânica do governante Nicolay Durand d' Villegaignom de administrar a colônia junto com a falta de incentivo financeiro da coroa francesa, como relatam os autores Vasvo Marize Lucien Provençal em sua obra "Villegagnon e a França Antártica".

Léry, (2007), descreveu sobre a generosidade dos nativos, esta generosidade abrangia todos que estivessem sobre o mesmo teto, incluindo aí os inimigos. O autor relata que os indígenas preferiam pessoas alegres, corajosas e generosas, não gostando das pessoas tristes e que não fossem falantes, ao mesmo tempo Lery também, ficou impressionado com o desprendimento dos bens materiais que caracterizava os indígenas, fazendo uma comparação com a cultura europeia, em um trecho ele afirma "Eles dão mais importância a natureza e a fertilidade da terra do que nós ao poder e a providência divina e detestam os piratas dos quais havia tantos na Europa e nenhum entre eles". (LÉRY, 1961, p. 182).

Um dos mais importantes relatos sobre o Brasil do século XVI, a "Histoire d'un Voyage Faict en la Terre du Brésil", livro que teve um sucesso editorial notável: cinco edições a partir de 1578, e ao menos outras dez, em francês e latim, até 1611. O objetivo principal da publicação do relato foi, segundo o huguenote, o de desmentir "as mentiras e erros" contidos no livro do monge cordelier André Thevet, "Les Singularitez de la France Antarctique", publicado em 1557-1558, em sua obra "Viagem a terra do Brasil", no capítulo treze, Jean de Lery dá voz a um índio, que demonstra o pensamento Tupinambá e mostra a crítica ao modo de vida europeu

Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar o seu arbutan [pau-brasil]. Uma vez um velho perguntou-me: Por que vindes vós outros, maírs e perôs (franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muitas, mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele o

supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas.

Retrucou o velho imediatamente: e porventura precisais de muito? Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. — Ah! retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas, acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: mas esse homem tão rico de que me falas não morre? — Sim, disse eu, morre como os outros. Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixam? — Para seus filhos se os têm, respondi; na falta destes para os irmãos ou parentes mais próximos. — Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros maírs sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.

Este discurso, aqui resumido, mostra como esses pobres selvagens americanos, que reputamos bárbaros, desprezam àqueles que com perigo de vida atravessam os mares em busca de pau-brasil e de riquezas. Por mais obtusos que sejam, atribuem esses selvagens maior importância à natureza e à fertilidade da terra do que nós ao poder e à providência divina; insurgem-se contra esses piratas que se dizem cristãos e abundam na Europa tanto quanto escasseiam entre os nativos. Os tupinambás, como já disse, odeiam mortalmente os avarentos e prouvera a Deus que estes fossem todos lançados entre os selvagens para serem atormentados como por demônios, já que só cuidam de sugar o sangue e a substância alheia. (LERRY, 1961, p. 134).

Sobre a religião dos indígenas, Léry, (2007), constata que não possuíam ritual nem lugares destinados à sua prática, embora acreditassem e temessem efeitos da feitiçaria.

Léry, assim como Thévet, (1978), registra a crença na imortalidade da alma, associada com a admissão de sua imortalidade e a ideia de que as almas dos guerreiros corajosos iriam:

[...] Para além das altas montanhas, dançar em lindos jardins com as almas de seus avós. Ao contrário, as almas dos covardes vão ter com Arinhã, nome do diabo, que as atormenta sem cessar. Cumpre notar que esta pobre gente é afligida durante a vida por este espírito maligno. (LÉRY, 1961, p. 183).

Em relação à organização social, as descrições de Léry encaminham-no para a constatação de que, excetuada a guerra com outras tribos, os indígenas viviam em harmonia, "guiados pelo seu natural", ao contrário de seus conterrâneos, que desdenhavam as leis divinas e humanas, ele relata

Declarada a guerra entre qualquer dessas nações, alegam todos que se ressentindo o inimigo eternamente da injúria seria absurdo deixar o preso escapar; o ódio entre eles é tão inveterado que se conservam perpetuamente inconciliáveis. Donde nos parece concluir que Maquiavel e seus discípulos, de que a França por infelicidade anda cheia nesses tempos, não passam de imitadores desses bárbaros cruéis. (LÉRY, 1961, p. 166).

Pode-se observar que as informações de Jean de Léry são da mesma natureza que as informações de Thévet, muito embora o calvinista fosse mais explícito e direto nas questões de interesse dessa argumentação.

Pero Magalhães Gândavo, português, residiu algum tempo no Brasil, porém não se sabe quanto e nem se visitou pessoalmente toda a colônia, como seus dois livros pressupõem. Acredita-se, dado o maior detalhamento das capitânicas da Bahia, Ilhéus e São Vicente, que as conheceu pessoalmente.

Gândavo, escreveu dois livros: “Tratado descritivo” e “História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamam de Brasil”. Foram publicados em épocas diversas, o último em 1575 e o primeiro título somente no século XIX. Em ambos foram descritos os aspectos geográficos, a fauna e a flora da colônia lusitana, os costumes indígenas e as povoações coloniais, também foi apresentado o índio como guerreiro, possuidor de sua cultura e como aquele que costumava lutar em defesa de suas terras, além de ser apresentado como cruel e vingativo.

Curiosamente as obras de Pero de Magalhães Gândavo não foram imediatamente publicadas porque não houve empreendedor que o apoiasse financeiramente. O autor registrou que a história acerca da província foi desvalorizada pelos próprios portugueses, e como na terra não há pessoas dotadas de escrita, ele mesmo escreve “E se os antigos portugueses, e ainda os modernos nam foram tam pouco affeiçoados à escritura como sam; nam se perderão tantas antiguidades de que agora carecemos...” (GÂNDAVO, 1980, p. 5).

Chama a atenção que os registros de Gândavo davam pouca evidencia ao nativo, sendo dedicado vários capítulos a descrição das frutas, dos legumes, dos animais... uma verdadeira exaltação a riqueza natural da terra Brasil, por vezes chegando mesmo a um certo ufanismo.

Com relação ao indígena, Gândavo apresentou o índio não mais um índio ingênuo, mas como um nativo que luta pela sua terra

Junto dellas havia muitos Indios quando os Portuguezes começaram de as povoar: mas porque os mesmos Indios se levantavão contra eles e lhes fazião muitas treições os Governadores e Capitães da terra destruirão-nos pouco a pouco, e matarão muitos deles: outros fugirão pera o sertam e assi ficou a terra desocupada de gentio ao longo das Povoações. (GÂNDAVO, 193, p. 9).

Gândavo registrou uma realidade diferente que ainda não havia sido registrada, um índio lutava pela não ocupação das suas terras, por serem ali os primeiros habitantes; no entanto, os portugueses traziam consigo o poder bélico e dominavam a terra, matando alguns nativos e afugentando os que ali restaram. Por meio dos registros é possível perceber também que os

portugueses que aqui já residiam tomavam os índios por escravos “os quaes forão sempre mui favorecidos e ajudados dos Indios da terra, de que alcançarão muitos infinitos escravos com que grangeão suas fazendas.” (GÂNDAVO, 1963, p. 9)

Por ter convivido com os nativos, Gândavo observou claramente seus costumes e práticas, inclusive o da guerra, o que pode ser constatado por meio da dedicação de um capítulo inteiro de seu livro as táticas de guerra, as mortes e trazendo à tona novamente a ideia de crueldade, em grande parte do relato sobre os índios “Mas afora desta pusilanimidade a que estão sujeitos, são mui atrevidos, como digo, e tam confiados em sua valentia, que nam há forças de contrários tam poderosas que os assobrem, nem que os façam desviar de suas barbaras e vingativas tenções” (GÂNDAVO, 1980, p. 29)

Gândavo em sua obra é, quem melhor descreve a situação da inexistência de Estado entre os nativos, pois na língua nativa não existe a letra R de Rei, que era a representação do Estado em Portugal do século XVI, ele cita:

A língua deste gentio toda pela costa é, uma: carece de três letras – não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente.

[...] Vivem todos em aldeias, pode haver em cada uma sete, oito casas, as quais são compridas feitas à maneira de cordoarias; e cada uma delas está cheia de gente duma parte e doutra, e cada um por si tem sua estância e sua rede armada em que dorme, e assim estão todos juntos uns dos outros por ordem, e pelo meio da casa fica um caminho aberto para se servirem. Não há como digo entre eles nenhum Rei, nem Justiça, somente em cada aldeia tem um principal que é como capitão, ao qual obedecem por vontade e não por força; morrendo este principal fica seu filho no mesmo lugar; não serve doutra cousa se não de ir com eles à guerra, e conselhá-los como se não de haver na peleja, mas não castiga seus erros nem manda sobre eles cousa alguma contra sua vontade. Este principal tem três, quatro mulheres, a primeira tem em mais conta, e faz dela mais caso que das outras. Isto tem por estado e por honra. Não adoram cousa alguma nem têm para si que há na outra vida glória para os bons, e pena para os maus, tudo cuidam que se acaba nesta e que as almas fenecem com os corpos, e assim vivem bestialmente sem ter conta, nem peso, nem medida (GANDAVO, 1980, p. 65-66).

Mas a vida que buscam e granjearia de que todos vivem, é a custa de pouco trabalho, e muito mais descansada que a nossa: porque não possuem nenhuma fazenda, nem procuram adquiri-la como os outros homens e assim vivem livres de toda a cobiça e desejo desordenado de riquezas, de que as outras nações não carecem; e tanto que ouro nem prata nem pedras preciosas têm entre eles nenhuma valia, nem para seu uso têm necessidade de nenhuma cousa destas, nem doutras semelhantes (GANDAVO, 1980, p. 137).

O autor em sua obra é, também quem melhor descreve a organização espacial e as relações constituídas no interior da aldeia

Vivem todos em aldeias, pode haver em cada uma sete, oito casas, as quais são compridas feitas à maneira de cordoarias; e cada uma delas está cheia de gente duma

parte e doutra, e cada um por si tem sua estância e sua rede armada em que dorme, e assim estão todos juntos uns dos outros por ordem, e pelo meio da casa fica um caminho aberto para se servirem. Não há como digo entre eles nenhum Rei, nem Justiça, somente em cada aldeia tem um principal que é como capitão, ao qual obedecem por vontade e não por força; morrendo este principal fica seu filho no mesmo lugar; não serve doutra cousa se não de ir com eles à guerra, e aconselhá-los como se hão de haver na peleja (GANDAVO, 1980, p. 67).

No entanto, a descrição de Gandâvo da organização social dos indígenas foi obviamente fundamentada sob os parâmetros das sociedades europeias

O autor Gabriel Soares de Souza, nobre português, veio ao Brasil em 1569, instalando-se na Bahia e construindo um engenho de açúcar, ele escreveu em sua obra de 1587, intitulada “Tratado descritivo do Brasil” suas impressões sobre os nativos Tupinambás. Soares de Souza foi um propagandista das belezas, das riquezas do Brasil e da sociedade colonial, mesmo tendo chegado ao Brasil após o termino da Confederação dos Tamoios

Têm esses tupinambás uma condição muito boa para frades franciscanos, porque o seu fato, e quanto têm, é comum a todos os da sua casa que querem usar dele [...] assim das ferramentas que é o que mais estimam, como das suas roupas se as têm, e do seu mantimento, os quais, quando estão comendo, pode comer com eles quem quiser, ainda que seja contrário, sem o impedirem nem fazerem por isso carranca (SOUSA, 1971, p. 313).

Soares de Souza, retomou de forma mais detalhada a escrita sugerida por Gandâvo e publicou

Faltam-lhes três letras das do ABC, que são F, L, R grande ou dobrado, coisa muito para se notar [...] porque, se não têm F, é porque não têm fé em nenhuma coisa que adorem; nem nascidos entre os cristãos e doutrinados pelos padres da Companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade e nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não tem L na sua pronunçiação, é porque não têm lei alguma que guardar, nem preceitos para se governarem; e cada um faz lei a seu modo, e ao som da sua vontade; sem haver entre eles leis com que se governem, nem têm leis uns com os outros. E se não têm esta letra R na sua pronunçiação, é porque não têm rei que os reja, e a quem obedçam, nem obedecem a ninguém, nem ao pai o filho, nem o filho ao pai.” (SOUSA, 1971, p. 302).

Os cronistas que participaram ativamente da Confederação dos Tamoios, os padres jesuítas Manuel da Nobrega e José de Anchieta foram responsáveis pelo Tratado de Iperoig, que selava a paz entre a Confederação dos Tamoios e os portugueses, no entanto como será descrito mais a frente, ficará evidente o tratado não foi cumprido assim que se encontraram em uma situação de força.

O cronista Manuel da Nóbrega foi um padre português que veio para o Brasil em 1549, com o governador-geral Tomé de Souza, chefiando o primeiro grupo de jesuítas. Sob seu

comando, esses padres deram início ao trabalho de catequese, isto é, a tentativa de conversão dos índios brasileiros à religião católica, Nobrega publicou sobre os indígenas “estão papel branco para neles escrever à vontade”, o seu problema maior sendo a falta de polícia - de política, leia-se - daí a obrigação de corrigi-los, conduzi-los ao caminho da civilização cristã “ (NÓBREGA 1988, p. 125).

O inaciano Manuel da Nóbrega também relatou sobre como os portugueses, após conviverem algum tempo com os indígenas por vezes aderiam aos costumes indígenas e ao modo de vida deles. O autor assim reportou à coroa portuguesa o que aqui se passou

Os clérigos desta terra têm mais ofício de demônios que de clérigos: porque, além de ser mau exemplo e costumes, querem contrariar a doutrina de Cristo, e dizendo publicamente aos homens que lhes é lícito estar em pecado com as suas negras, pois que são suas escravas e que podem ter os salteados, pois que são cães, e outras coisas semelhantes, por escusar seus pecados e abominações, de maneira que nenhum demônio temos agora que nos persiga senão estes. Querem-nos mal, porque lhes somos contrários a seus maus costumes e não podem sofrer que digamos as missas de graça, em detrimento de seu interesse. Cuido que, se não fora pelo favor temos do Governador e principais da terra, e assim porque Deus não o quer permitir, que nos tiveram já tiradas as vidas. Esperamos que venha o Bispo, que proveja isto com temor, pois nós outros não podemos por amor. (NÓBREGA, 1955, p. 89).

Nóbrega também registrou a sua intenção de converter os mais jovens pois os mais velhos não se deixavam influenciar

E ainda que seja difícil fazer que os mais velhos deixem os seus maus costumes, nos meninos é de esperar muito fruto, porque não contradizem quase em nada à nossa lei; e assim me parece que esteja aberta a porta para ajudar muito as almas nesta terra porque não resistiram nem mataram os que os queriam fazer cristãos e se deixam vir a fé [...] (NÓBREGA, 1988, p. 76).

O padre também fez registros do costume de guerrear indígena e da antropofagia.

Têm guerra uns com os outros, uma geração contra outra geração, a dez, e quinze, e vinte léguas de maneira que todos entre si estão divididos. Se acontece que tomem alguns dos contrários na guerra trazem-nos presos algum tempo e dão-lhes as suas filhas por mulheres e para que os sirvam e guardem, e depois os matam e comem, com grandes festas e com ajuntamento dos vizinhos que vivem ao redor; e se destes tais ficam filhos, também os comem, ainda que sejam seus sobrinhos e irmãos e as vezes as próprias mães e dizem que só o pai tem parte nele e a mãe não tem nada. Esta é a coisa mais abominável que entre esta gente há. Se matam algum na guerra trazem-no em pedaços e poe-no ao fumo e depois o comem com a mesma solenidade e festa, e tudo isto pelo ódio estranhável que têm uns aos outros. (NÓBREGA, 1988, p.48).

O padre, Manoel da Nóbrega, em seus registros enfatizava sobre os costumes portugueses, informando que eram amplos e necessários sendo praticados pelos lusos com o objetivo de viver em paz e assim poder progredir com o desenvolvimento colonial, difundindo-

se por toda parte e dessa maneira incrustando-se na alma do indígena, escravizando e tirando a liberdade dos indígenas, sendo assim escrito

Nesta terra, todos ou a maior parte dos homens, têm a consciência pesada por causa dos escravos que possuem contra a razão, além de que muitos, que eram resgatados aos páes não se isentam, mas ao contrário ficam escravos pela astúcia que empregam com eles e por isso poucos ha que possam ser absolvidos, não querendo abster-se de tal pecado nem de vender um a outro, posto que nisto muito os repreenda, dizendo que o pai não pôde vender o filho, salvo em extrema necessidade, como permitem as leis imperiais, e nesta opinião tenho contra mim o povo e também os confessores daqui e assim Satanás tem de todo presas as almas desta maneira e muito difícil é tirar este abuso, porque os homens que aqui vêm não acham outro modo senão viver do trabalho dos escravos, que pescam e vão buscar lhes o alimento, tanto os domina a preguiça e são dados a cousas sensuais e vícios diversos e nem curam de estar excomungados, possuindo os ditos escravos. Pois que nenhum escrúpulo fazem os sacerdotes d'aqui, o melhor remédio destas cousas seria que o Rei mandasse inquisidores ou comissários para fazer libertar os escravos, ao menos os que são salteados e obriga-los a ficar com os Cristãos até que larguem os maus costumes do Gentio já batizado e que a nossa Companhia houvesse deles cuidado, amestrando-os na Fé, da qual pouco ou nada podem aprender em casa dos senhores e antes vivem como Gentios, sem conhecimento algum de Deus. (NÓBREGA, 1988, p.109).

Esses cronistas observaram a terra e seus habitantes a partir de ângulos físicos diversos, alguns caminharam com os índios, outros atravessaram aldeias submetidas, outros miraram do mar, e alguns nem viram muitas coisas que relataram, como por exemplo Staden que localizou as aldeias Tupinambás entre Bertioga e Rio de Janeiro, e Léry que mencionou serem todas localizadas ao redor do Rio de Janeiro.

Por meio das diversas descrições destes cronistas, pode-se observar que a divisão das tarefas na sociedade indígena determinava que além de pescar, caçar, cortar lenha e combater, os homens construíam canoas e cabanas além de também limparem o terreno para o plantio e a lavoura.

Já as mulheres plantavam, colhiam, preparavam o alimento, fiavam, teciam, faziam cestos, potes de barro, coletavam frutos, raízes, cuidavam das cabanas e das crianças. Percebe-se que o trabalho feminino era diário e constante, enquanto o dos homens, embora pesado, era mais espaçado, o que causou na primeira impressão dos europeus o estranhamento, levando-os a crer que eram mais indolentes. Contudo em determinados relatos os europeus narravam que os índios eram capazes de grandes esforços físicos, tal como viajar muitos quilômetros através da floresta, correr dias inteiros, remar por grandes distâncias, carregando grandes pesos desde que qualquer uma destas atividades tivesse algum propósito útil a seu modo de vida. A grande diferença é que o faziam onde, quando e como quisessem, sem qualquer cobrança ou supervisão de outra pessoa, agiam dessa forma e não acreditavam que poderia ser diferente, o que deixava os europeus profundamente irritados. Essa característica marcante da cultura indígena deixava

colonos e jesuítas bastante exasperados, pois dificultava o aprendizado de qualquer tarefa, além de sabotar a disciplina do trabalho a que os europeus estavam acostumados. Contudo ressaltava-se que alguns europeus quando viviam entre os indígenas acabavam adotando o estilo de vida indígena.

Regularmente, uma aldeia consistia de quatro ou mais casas compridas, de teto abaulado feito de sapê, construídas uma ao lado da outra ao redor de uma praça, onde ocorriam as reuniões e as festas. A aldeia era cercada por um fosso ou uma paliçada, dentro de cada uma dessas cabanas, também conhecidas como malocas, viviam coletivamente várias famílias, autossuficientes, porém todo indivíduo dependia do funcionamento da comunidade aldeã para existir plenamente, sendo a família o principal núcleo da aldeia, que vivia em um espaço determinado as vezes em conjunto com agregados eventuais (prisioneiros ou parentes). A maioria dos homens tinha apenas uma esposa, mas alguns, como *os principais* (um tipo de chefe) e certos guerreiros e caçadores que mais se destacavam, podiam desposar mais de uma mulher. Ressalta-se que quanto mais esposas o indivíduo possuía mais vantagens ele tinha, pois, o homem se aproveitava do trabalho da mulher, hierarquicamente falando as mulheres eram inferiores aos homens e tinham de se submeter as vontades dos *principais* e dos mais velhos (pai, marido, tio) e quando necessário, como se desprende da obra de Florestan Fernandes “A Organização Social dos Tupinamba”, assim como as europeias, eram dadas em casamento para o fortalecimento de alianças políticas.

Por meio dos relatos e dos olhos dos cronistas observa-se que um dos primeiros fatos que chamava a atenção dos europeus era a nudez dos índios. O encontro de homens que andavam sem roupa e sem culpa e mantinham costumes sexuais liberais sem a existência de algum tipo de Estado soberano levava os europeus a desacreditarem na existência de qualquer tipo de sociedade segundo seus padrões, pois para os europeus a cultura de aceitar o respeito pela vontade do indivíduo contra qualquer necessidade ou pressão da sociedade era inaceitável, isto para os do Velho Mundo era prova da falta de civilidade do índio, pois a submissão à autoridade paterna representada pelo Estado e pela Igreja eram consideradas como a característica fundamental para a existência de civilização.

Cada maloca era comandada por um chefe principal, assim como a própria comunidade. Havia diversas maneiras de conquistar e merecer a chefia: por demonstração de bravura em combate e capacidade de liderar guerreiros, pelo número de cativos que possuía, pela prosperidade decorrente do trabalho de várias esposas da capacidade de atrair para si um grande número de filhos homens e parentes a sua volta, por seu talento em discursar e através de sua oratória ou magia pessoal conseguir apoio para sua causa. De qualquer forma, a autoridade do

principal da aldeia era muito limitada e não havia grandes diferenças hierárquicas entre eles e os chefes das malocas.

As decisões da tribo eram tomadas por um conselho de anciões, os mais velhos, o conselho era formado pelos homens com mais de quarenta anos, esse conselho se reunia com frequência.

Na sociedade indígena daquela época as decisões eram tomadas por consenso após um longo processo de debate e convencimento pelos principais que passavam horas discursando, esses principais segundo Pero Magalhaes Gandavo em sua obra “Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz”, devemos ressaltar que Gandavo faz essa análise utilizando os padrões das sociedades europeias, explicando e convencendo, até finalmente conquistar o apoio dos anciões

Vivem todos em aldeias, pode haver em cada uma sete, oito casas, as quais são compridas feitas à maneira de cordoarias; e cada uma delas está cheia de gente duma parte e doutra, e cada um por si tem sua estância e sua rede armada em que dorme, e assim estão todos juntos uns dos outros por ordem, e pelo meio da casa fica um caminho aberto para se servirem. Não há como digo entre eles nenhum Rei, nem Justiça, somente em cada aldeia tem um principal que é como capitão, ao qual obedecem por vontade e não por força; morrendo este principal fica seu filho no mesmo lugar; não serve doutra cousa se não de ir com eles à guerra, e aconselhá-los como se hão de haver na peleja (GÂNDAVO, 1980, p. 67).

A capacidade para argumentar e o talento para convencer eram qualidades muito apreciadas entre os indígenas. Assim sendo, não se pode dizer que os índios tinham leis, escritas ou não, que eram ditadas por um superior que deveriam ser obedecidas por todos, mas sim que eles procuravam um consenso do que era interessante para a comunidade,

As lideranças eram escolhidas em alguns momentos através das linhagens e eventos naturais, não havia coerção e sim convencimento, não se dobrava o indivíduo pela força e sim através de argumentação, retórica e oratória.

7 SOCIEDADE AUTOINSTITUÍDA, AUTOGESTÃO E AUTONOMIA: AS POSSÍVEIS DEFINIÇÕES DE UMA SOCIEDADE

Segundo os autores Alain Guillerm e Yvon Bourdet, na obra “Autogestão: Mudança Radical”

A palavra autogestão”surgiu na língua francesa no início dos anos 60, é a tradução literal da palavra servo-croata *samoupravlje* (*samo* equivalente eslavo do prefixo grego auto e *upravlje* significado aproximado de gestão) sendo criada para designar a experiência, político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura ao stalinismo. (GUILLERM; BOURDET.1975, p. 9).

Já com relação a Sociedade Confederação dos Tamoios, apenas se aplicaria o conceito da palavra, haja visto que a autogestão na Iugoslávia surgiu através da união de diversos países, sob a tutela do Partido Comunista Iugoslavo, que em 1948 recebeu o nome de Liga dos Comunistas da Iugoslávia sob a liderança de Josip Broz Tito (Marechal Tito), como nos descrevem os autores Guillerm e Bourdet em sua obra “Autogestão: uma mudança radical”, a mesma iniciou um processo de fragmentação na década de 1980, e essa situação em nada se assemelha a Confederação dos Tamoios.

Os conceitos de autogestão variam de acordo com as posições políticas ou sociais. A ideia anarquista de autogestão se expressa por dissipar a hierarquia e os mecanismos capitalistas de organização envolvidos. Porém em outra concepção de autogestão, há a concepção de caracterização como as relações de produção da sociedade comunista.

A autogestão pode ser definida como a administração de um organismo pelos seus participantes, em regime de democracia direta. Nessa forma de gestão não há a figura do líder, do gestor, e sim todos os integrantes participam das decisões administrativas em igualdade de condições. A autogestão não deve ser confundida com o tipo de controle que mantém a hierarquia se utilizando de um organismo ou instância superior como por exemplo um partido político.

Vários autores estudaram a autogestão, dentre eles citam-se:

Pierre Joseph Proudhon, o idealista mais relevante do movimento de autogestão do século XIX. Proudhon, difundia que a sociedade autogestionária é constituída de grupos autônomos que se administram, sendo assim, existiria coordenação, mas não hierarquização. Percebe-se que Proudhon, foi além já que em sua concepção, a autogestão seria como um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto em suas funções econômicas de produção quanto em suas funções políticas. O estudioso, era defensor de uma sociedade de iguais, a sociedade autogestionária seria organicamente autônoma, constituída de um feixe de

autonomias cuja vida exigiria coordenação, mas não hierarquização. Para Proudhon, (1932), em primeiro lugar estaria a descoberta da sociedade e sim após essa descoberta, o indivíduo deveria se descobrir como pessoa social, indivíduo esse que possuiria uma função livre e constitutiva da sociedade. Proudhon é também um ferrenho defensor do federalismo como forma de autonomia em que se permitiria a livre iniciativa e a pluralidade dos grupos sociais e as suas liberdades.

Outro estudioso, Marx, difundia que o objetivo maior da autogestão é a construção de uma sociedade sem classe. Segundo Marx e Engels, em 1848, na obra “Manifesto Comunista”:

A sociedade burguesa moderna, que nasceu do desmoronamento da sociedade feudal, não aboliu as oposições de classes. Não fez senão substituir por novas classes, por novas condições de opressão, por novas formas de luta as antigas. Mas a nossa época, a época da burguesia tem de particular ter simplificado as oposições de classe. Cada vez mais se divide a sociedade inteira em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diametralmente opostas uma à outra, a burguesia e o proletariado.

Baseado nessa teoria, é possível acreditar que a sociedade é capaz de se autoinstituir ou autogerir, deve-se acreditar no cidadão, na sua vontade de mudar a sociedade e de construir uma sociedade melhor, seria uma sociedade mais justa, de maior liberdade e igualdade, sem no entanto, se constituir um poder centralizador e coercitivo que obrigue o indivíduo a obedecer.

Ressaltamos que Proudhon, (1932), Marx e Engels, (1998), e outros teóricos defendem suas concepções do que é uma sociedade muito tempo depois do surgimento e dissolução da Confederação dos Tamoios.

Os autores Guillerm e Bourdet também discorrem sobre autogestão

O que chamamos de autogestão é outra organização nacional que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas, igualitariamente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 30).

Outro estudioso, Norberto Bobbio, na obra “O Dicionário de Política”, de 1976, defendeu que a autogestão é definida como: Definição essencial:

Por Autogestão, em sentido lato, se deve entender um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade (empresa, escola, bairro, etc.). São, portanto, identificáveis duas determinações essenciais do conceito de Autogestão. A primeira é a superação da distinção entre quem toma as decisões e quem as executa, no que respeita ao destino dos papéis em cada atividade coletiva organizada com base na divisão do trabalho. A segunda é a autonomia decisória de cada unidade de atividade, ou seja, a superação

da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição do processo decisório. Referidas à vida associada cotidiana, estas duas determinações qualificam a Autogestão como princípio elementar de modificação das relações sociais e pessoais, no sentido da reapropriação do poder decisório relativo a uma dada esfera de atividade contra qualquer autoridade, embora legitimada por anterior delegação, como se torna evidente em expressões como: ‘Autogestão dos conflitos’, ‘seminário, passeata, greve autogeridos, etc. Referidas ao funcionamento de um sistema social global, especificam a Autogestão como um modelo de sociedade socialista alternativo do modelo estatista burocrático: de um lado, como superação da lógica autoritária da planificação centralizada e da conseqüente apropriação do poder por parte do aparelho burocrático, mediante a atribuição de uma plena autonomia gerencial às diversas unidades econômicas; do outro, como redefinição do caráter coletivista da organização social, quer mediante a atribuição das responsabilidades e do poder gerencial a cada uma das coletividades de trabalho, quer mediante a desestruturação do ordenamento estatal e sua transformação num sistema de autonomias locais que permita a tais coletividades o controle direto das condições da reprodução social (BOBIO, 1976, p. 74-75).

O estudioso, Alexandre Samis, historiador brasileiro da atualidade, publicou em sua obra, 2013, “A Comuna de Paris: Uma Aventura Socialista”

Mais que a ‘última revolução plebeia’ ou ‘a primeira revolução proletária’, a Comuna foi uma experiência de autoinstituição, um evento que possui autonomia, não apenas por sua ousadia, mas por suas singularidades. Certamente não foi o fim de um ciclo, menos ainda o início de outro e sim, a fronteira, um marco que não se presta a transformar-se em linha de chegada ou partida, mas que definiu nas suas práticas concretas os elementos fundamentais da democracia popular no século XIX. (SAMIS, 2013, p. 129).

Fundamentado nesses estudos pode ser estabelecido que a Comuna de Paris, ocorrida em 1871, poderia ser exemplificada como um modelo de autogestão, haja visto os operários nomearem seus gerentes, seus chefes de oficina e de equipe, inclusive podendo demiti-los quando o rendimento não fosse satisfatório, além de fixarem seus salários e horários. A estrutura organizacional funcionava como corpo legislativo e executivo ao mesmo tempo.

E o que seria a autogestão social? No sentido mais amplo do conceito, significaria o exercício coletivo do poder e teria surgido como uma concepção de gestão social ou de visão da sociedade autogestionária, que estaria presente em várias Teorias Socialistas, e eventos históricos tais como a Comuna de Paris, os soviets e os conselhos operários. Esses últimos movimentos são invocados pelos teóricos como os primeiros modelos de governos autogestionários, porém pode-se ressaltar que essas concepções sociais surgiram após a Confederação dos Tamoios e nem se aperceberam de como poderiam se espelhar na mesma.

Viana, (2007), em um artigo sobre autogestão publicou:

A autogestão, portanto, é uma relação social que nasce com a autogestão das lutas operárias e se universaliza e invade o conjunto das relações sociais e, assim, decreta

a morte do capitalismo e inaugura o modo de produção comunista. (VIANA, N. O que é autogestão? Revista Enfrentamento – n 2, jan./jul. 2007).

Pode-se caracterizar, também, a Confederação dos Tamoios por meio do conceito de autonomia. A definição da palavra autonomia seria, por sua vez assim destacado: é um termo de origem grega, cujo significado está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência. Por outro lado, o antônimo de autonomia é heteronomia, palavra que indica dependência, submissão ou subordinação.

Em Ciência Política, a autonomia de um governo ou de uma região pressupõe a elaboração de suas próprias leis e regras sem interferência de um governo central nas tomadas de decisões.

Em Filosofia, autonomia é um conceito que determina a liberdade do indivíduo em gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas. Neste caso, a autonomia indica uma realidade que é dirigida por uma lei própria, que apesar de ser diferente das outras, não é incompatível com elas.

Cornelius Castoriadis, foi um filósofo, economista e psicanalista francês, de origem grega, defensor do conceito de autonomia política. É considerado um dos maiores expoentes da filosofia francesa do século XX. desenvolveu sua reflexão sobre a autonomia como a noção de “determinar e legislar a partir de si a própria vida”.

Autonomia para Castoriadis, (2007), seria uma proposta de liberdade humana, que estaria vinculada a ideia socialista de autogestão, isto é, a gestão coletiva da produção e da vida social pelos trabalhadores. Castoriadis, defendeu seu projeto de autonomia como uma proposta de democracia radical em que a autonomia seria o principal pilar, até mesmo a única exigência para a instituição de uma sociedade justa, igualitária e livre.

A autonomia constituiu o pano de fundo da trajetória de Castoriadis, sendo desde o começo como ideia essencialmente política ligada à questão da autotransformação da sociedade. A palavra, pela etimologia, indica o dar-se a si mesmo a própria lei, fazendo oposição à heteronomia, que significa uma situação em que se recebe a lei de outro.

8 O CONCEITO DE SOCIEDADES “PRIMITIVAS” SEGUNDO AUTORES NOTÁVEIS

Pierre Clastres, importante antropólogo e etnógrafo francês, conhecido por seus trabalhos em antropologia política, em seu conhecido artigo “Sociedade contra o Estado”, recusa a ideia de “sociedades sem Estado”. Por meio dessa publicação o autor confirma a ação política dos nativos sul-americanos através de mecanismos de confirmação do poder político, se levarmos em consideração os moldes da sociedade europeia, por meio da retirada do poder de chefia e o processo de cisão social promovido pela guerra.

Analisando estes fatos, Clastres, (1974), registrou as informações sobre os antigos povos Tupi da costa do Brasil no séc. XVI, e segundo ele, a guerra produziria um chefe que só amalharia poder durante a batalha e que sem o conflito não haveria o poder. Assim sendo, seria formada uma sociedade sem Estado, sem corpo político, contudo, porém não seria uma sociedade sem fé e sem leis. Esse preceito transformaria essas sociedades primitivas em um estágio além do político, evitando assim o surgimento do Estado Uno, pois segundo o autor o Estado é uma invenção Ocidental, e as críticas que os invasores europeus fazem a essa cultura seria uma maneira etnocêntrica de avaliá-las.

As sociedades “primitivas”, segundo o autor, são marcadas pela ausência de uma hierarquia, em que não existe poder, não sendo possível encontrar uma relação entre os que comandam e os que obedecem. São sociedades em que não existe a divisão entre a própria sociedade e o poder político, então, a ausência dessa divisão transforma as sociedades em sociedades homogêneas na qual o poder não se separa do social.

Clastres, (1974), defende que essa forma de resistência, seria uma forma de sabedoria por parte destas sociedades que agiria como um empecilho ao surgimento do Estado, impedindo assim a criação de desigualdades sociais.

Resumindo não haveria a figura de quem governa, de quem domina e nem de quem é governado e de quem obedece, logo todos governam, todos cumprem deveres e todos teriam seus direitos.

O antropólogo, também, faz observações sobre qual seria a importância da figura do Chefe nessas tribos. Ele pondera que o chefe seria visto como uma autoridade sem poder, que se manteria com este título por meio da generosidade do poder de sua oratória, e que usaria essa oratória para manter a harmonia entre os membros da tribo. Simplificando competiria ao Chefe, assumir a vontade da tribo, falando em seu nome sempre que necessário, seja de forma conciliadora, por exemplo, para formar alianças com outras comunidades, ou seja de forma

decisória como por exemplo em assuntos belicosos, mas sempre atuando defendendo o interesse da comunidade, ou seja, o interesse da comunidade indígena.

Clastres, (1974), ressalta ainda que normalmente as decisões são tomadas pelo conselho de anciões, que seriam as pessoas mais antigas e experientes da comunidade, no entanto, esse prestígio dos anciões não poderia ser confundido com poder de espécie alguma.

A principal característica dessas sociedades é a falta do poder estabelecida na figura do Chefe. Essa falta de poder é imposta pela própria comunidade, o princípio bem estabelecido seria que o Chefe está a serviço da sociedade e não a sociedade a serviço de uma pessoa, o Chefe. Fica bem estabelecido que a comunidade é a detentora do poder, ou seja, não existe a característica de comando-obediência. Isso é o marco essencial desse tipo societário. O autor também discorre sobre o surgimento do Estado nas sociedades primitivas:

As sociedades primitivas são sociedades sem Estado porque, nelas, o Estado é impossível. E entretanto todos os povos civilizados foram primeiramente selvagens: o que fez com que o Estado deixasse de ser impossível? Por que os povos cessaram de ser selvagens? Que formidável acontecimento, que revolução permitiram o surgimento da figura do Déspota, daquele que comanda os que obedecem? De onde provém o poder político? Mistério, talvez provisório, da origem. (CLASTRES, 1974, p. 164).

Após a leitura do artigo de Pierre Clastres “Sociedade contra o Estado”, em que é abordado as sociedades primitivas e as suas economias, pode-se concluir que existem muitas semelhanças com a sociedade estabelecida pela Confederação dos Tamoios, já que essa confederação não visava o poder e sim a sobrevivência e liberdade de vários povos.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil e encontraram as tribos nativas, eles as descreveram como civilizações “sem rei, sem lei e sem fé” e no texto de Clastres, elas são descritas como sociedades sem Estado, este constitui um governo e nas sociedades primitivas não existe a prática de tal conceito.

O mesmo autor, no artigo “Mitos e ritos dos índios da América do Sul” estudou sobre os Tupi-Guarani, principalmente, sobre como eles habitavam a costa brasileira, dissertando assim:

Um ponto essencial deve ser destacado aqui: os Tupi-Guarani, por exemplo, ocupavam aos milhões, um território imenso e falavam a mesma língua, com a ressalva de variações dialetais muito pequenas para impedir a comunicação. Ora, a despeito das distâncias que separam os grupos mais afastados, a homogeneidade cultural é notável tanto no que se refere à vida sócio econômica quanto no que diz respeito às atividades rituais ou à estrutura dos mitos. Não é preciso dizer que unidade cultural não significa de modo alguma unidade política: as tribos tupi-guarani participavam do mesmo modelo cultural sem, no entanto, constituir uma “nação”, pois viviam entre si num estado de guerra permanente. (CLASTRES, 1980, p.65).

O autor ainda descreve como era o modelo de ocupação da terra:

Os Tupi-Guarani conformavam-se ao modelo em vigor em toda a área florestal: agricultura com queimadas, caça, pesca; aldeia constituídas de várias grandes casas coletivas. Um fato notável entre esses índios: sua densidade demográfica era nitidamente mais elevada que a das populações vizinhas as comunidades podiam reunir até dois mil indivíduos ou mais. De fato, foi com os Tupi do litoral que se estabeleceram os primeiros contatos entre europeus e índios na aurora do século XVI, Viajantes e missionários de diversas nacionalidades deixaram sobre esses povos uma abundante literatura, rica em observações de todo tipo, particularmente no que se refere às crenças e aos costumes. (CLASTRES, 1980, p. 92).

Por meio de suas publicações pode se deduzir que não se tratavam de pequenas comunidades, mas sim grandes aglomerações de populações indígenas.

O autor, também disserta sobre como os europeus observaram essa divisão e se aproveitaram dessa divisão para suas conquistas. Publicando assim:

“Foi exatamente uma tal divisão entre os povos ameríndios que operaram os primeiros europeus chegados ao Novo Mundo.” (CLASTRES, 1980, p. 158)

Segundo Clastres:

O Estado, dizem, é o instrumento que permite à classe dominante exercer sua dominação violenta sobre as classes dominadas. [...] Para que haja o aparecimento do Estado, é necessário pois, que exista antes divisão da sociedade em classes sociais antagonicas, ligadas em si por relação de exploração. (CLASTRES, 1974, p. 181).

Rosa Luxemburgo, filósofa e economista marxista, em duas aulas que compõem o livro “A sociedade Comunista Primitiva e sua dissolução”, faz uma reflexão histórica e teórica, relatando que a espécie humana viveu muito mais tempo sob o formato de comunidades de produção social que se autogovernavam, que não conheciam o Estado e nem a propriedade privada do que sob a tutela do Estado.

Os textos de Luxemburgo permitem deduzir que a autora demonstra uma admiração bastante saudável pelas sociedades de comunismo primitivo, que a propriedade coletiva primitiva e sua produção social era uma economia de valor de uso. A autora desenvolve seu pensamento sobre as sociedades primitivas através do viés econômico, do viés de apropriação e uso da terra, sobre como essas sociedades se organizavam em torno do cultivo da terra, e da economia natural rumando a formação de uma economia mercantil a partir do surgimento de algum tipo de excedente propiciando assim o surgimento do capitalismo.

Com o passar dos fatos é possível perceber que essas sociedades entraram em rota de colisão com o nascente Capitalismo europeu por meio de métodos conhecidos como: genocídio,

confisco de terras e de meios de produção, impostos, tributos e escravização. A autora conclui que os povos primitivos ao entrar em contato com as potências europeias foram acometidos por verdadeira tragédia: “Para todos os povos primitivos nos países coloniais, a passagem de seu estado comunista primitivo ao capitalismo moderno ocorreu como uma catástrofe súbita, como um desastre indizível acompanhado dos mais atrozes sofrimentos” (LUXEMBURGO, 1974, p. 120).

Com o extermínio de comunidades primitivas, como o ocorrido com a Confederação dos Tamoios, a autora define que:

No século XIX, na era do Capitalismo, a política colonial europeia tinha empreendido novos caminhos. Já não se tratava, como no século XVI, por ocasião do primeiro assalto feito ao Novo Mundo, da precipitada pilhagem, o mais rapidamente possível dos tesouros e as riquezas naturais em metais nobres, em especiarias, em pedras preciosas ou em escravos, nos países tropicais recentemente descobertos, atividades em que espanhóis e portugueses se distinguiam particularmente. Já não se tratava somente de formidáveis negócios comerciais pelos quais se transportava, dos países de além-mar para entrepostos europeus, diversas matérias primas, e se impunha aos indígenas desses países toda uma quinquilharia sem valor, negócios iniciados pelos holandeses no século XVIII e que serviram de exemplo aos ingleses. (LUXEMBURGO, 2015, p. 66).

Observa-se que o pensamento de Rosa Luxemburgo se enquadra perfeitamente no conceito de dominação, que os portugueses, e porque não dizer também, os franceses procuraram exercer sobre as comunidades que formavam a Confederação dos Tamoios.

Pela sua própria evolução, a sociedade comunista primitiva conduz à desigualdade e ao despotismo [...] sob qualquer ponto de vista, o que é fatal para as relações sociais primitivas é a penetração da civilização europeia. [...]o Capitalismo europeu priva a ordem social primitiva do seu fundamento. Pior que toda a opressão e toda a exploração é a anarquia total e um fenômeno especificamente europeu: a insegurança da existência social [...] perante o avanço do Capitalismo, a sociedade primitiva que sobreviveu a todas as fases históricas anteriores, capitula. Os seus últimos vestígios foram banidos da superfície da terra e os seus elementos [...] foram absorvidos pelo Capitalismo. A sociedade comunista primitiva desapareceu [...] e deu lugar a novas perspectivas de desenvolvimento (LUXEMBURGO, 2015, p. 156).

Rosa Luxemburgo demonstra seu interesse pelas sociedades de comunismo primitivo em seu livro, “Introdução à economia Política”, quando publicou sobre marcas germânicas, por meio dessa leitura percebe-se que ela se surpreendeu com a harmonia desses povos. Pode-se, também, observar a semelhança com as sociedades tribais da Confederação dos Tamoios pois a organização e o poder da sociedade sobre o indivíduo estão fundamentados nos interesses coletivos, sendo o trabalho feito para as necessidades imediatas da sociedades, não havendo

preocupação nem a necessidade do acúmulo de qualquer tipo de sobras, a terra pertenceria a todos.

Todos trabalham em conjunto para todos e decidem a respeito de tudo. De onde provêm e em que se fundam essa organização e esse poder da coletividade sobre o indivíduo? Do Comunismo do solo, ou seja, da posse em comum do mais importante meio de produção pelos trabalhadores. (LUXEMBURGO, 1974, p. 83).

A forma como a autora analisou algumas questões revelaram tanto as similaridades entre as comunidades primitivas de todo o mundo como também sobre o ímpeto capitalista das nações europeias, nações essas que avançaram sobre as economias não capitalistas subjulgando-as, impondo suas visões eurocentristas, tentando dominar e escravizar as sociedades primitivas que possuíam qualquer tipo de cultura diferente. Fica evidente que tanto os portugueses como os franceses efetuaram tal prática com as tribos Tupinambás, porém os franceses como estavam em menor número e com pouca força de armas, procuraram se associar aos índios de maneira menos brutal.

A autora, Rosa Luxemburgo, (2015), apresenta uma teoria democrática revolucionária, centrada na participação direta da população em todas os setores da vida social, que não pode ser desvinculada do regime econômico, das relações de poder, do papel do Estado, das relações de dominação, do poder de organizar e governar a produção e apropriação, componentes diferenciados que agem na mesma totalidade.

O sociólogo Florestan Fernandes que dedicou os primeiros anos de sua vida acadêmica ao estudo dos povos indígenas nas ciências sociais, em sua tese de doutorado elaborou um estudo sobre a sociedade Tupinambá, utilizando a leitura de relatos e narrativas produzidas pelos viajantes europeus do século XVI. O sociólogo analisou a sociedade Tupinambá em sua essência, além do que de como essa sociedade era vista perante outras sociedades e bem como foi o seu contato com os invasores portugueses. Em sua tese “Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis” foi publicado:

Ainda hoje se mantém o ‘mito’ de que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. A ideia de que estavam em um nível civilizatório muito baixo é responsável por essa presunção. Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época, nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram arduamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente. (FERNANDES, 1963, p. 15).

No capítulo dois, da tese, cujo título é “Organização social dos Tupinambá”, foi descrito sobre os grupos locais, como funcionavam e sobre a importância da estrutura da aldeia para integração do indivíduo:

O grupo local, descrito pelos antigos cronistas sob o nome de ‘aldeia’, constitui uma unidade social de grande importância analítica, quanto aos Tupinambá. É o grupo social que se coloca entre a menor unidade territorial - a ‘maloca’ - e a unidade territorial inclusiva, a tribo. Os laços primários que unem reciprocamente os indivíduos neste grupo são vicinais, envolvendo proximidade no espaço e coexistência no tempo. Do ponto de vista estrutural, o grupo local resulta da vida em comum permanente de diversos grupos familiares e constitui o elemento integrativo fundamental de que se compõe a tribo Tupinambá. Para designá-lo poderia também usar o termo tupi-guarani *Taba*. Contudo, os cronistas não são uniformes no emprego de um designativo da língua nativa, em suas descrições. Por isso, preferi utilizar-me de um vocábulo já consagrado pelo uso etnológico (FERNANDES, 1989, p. 59).

Florestan Fernandes discorreu sobre o funcionamento da maloca e sobre como eram formadas novas malocas, fato esse que controlava a densidade demográfica e determinava quem assumia a chefia:

Para um índio construir uma maloca, precisava atrair ‘cerca de quarenta homens e mulheres’, reunindo-os em casa comum nova, por eles construídas. O Tupinambá que conseguia fazer isso tornava-se o chefe da unidade social, ou como escrevem os cronistas, seu ‘morubixaba’ ou ‘principal’. Exercia certa autoridade sobre os membros da maloca, que eram ‘usualmente seus amigos e parentes. Os laços que prendiam os indivíduos uns aos outros nos grupos locais a julgar pelas descrições feitas pelos cronistas, eram muito mais íntimos e fortes entre os membros de uma maloca, do que entre os, membros de malocas diferentes. (FERNANDES, 1989, p. 69).

O autor também disserta sobre o sistema econômico da sociedade Tupinambá, denominando-a de sociedade natural e de subsistência, em que os meios de sobrevivência eram extraídos do trabalho agrícola organizado e a caça e a pesca possuíam um papel importante nessa economia:

Em vista disso, pode-se considerar a economia Tupinambá como uma unidade uniforme. Embora fosse uma economia estreitamente aderida ao meio físico e dele dependente, as variações regionais do meio natural circundante não provocaram mudanças culturais e socialmente significativas. [...] Eles mostram que cada grupo local dispunha de uma área territorial mais ou menos determinada e outras informações evidenciam a exclusividade desta área territorial. Os componentes do grupo local deviam extrair, nela, os meios de subsistência de que precisassem. Deste ponto de vista, cada grupo local constituía uma unidade econômica independente e autossuficiente. Dispunha de recursos naturais limitados e contava com um raio de ação mais ou menos definido. (FERNANDES, 1989, p. 83-84).
[...] Que o centro de gravidade do sistema econômico Tupinambá repousava quase literalmente na autoprodução. A troca ocasional determinava contatos especiais com indivíduos pertencentes a outras tribos e previa a existência de um certo número de expectativas de comportamento recíproco. (FERNANDES, 1989, p. 98).

O autor disserta sobre como os índios realizavam suas tarefas e como os europeus ficavam perplexos com o modo de vida Tupinambá, inclusive chama a atenção sobre o papel da mulher na sociedade. A mulher Tupinambá desempenhava mais tarefas que os homens, as mulheres se auto proviam e eram as responsáveis pela alimentação de toda a tribo, cabendo ao homem a função de defensor e caçador.

Quando se dedicavam às atividades ou não precisavam caçar e pescar, entretanto, dispunham de bastante ócio. Isso provocou nos cronistas uma reação etnocêntrica. Tal comportamento foi menosprezado, como altamente revelador das tendências 'inatas' dos índios ao doke /ar niente. Contudo, aquele ócio era empregado no fabrico de arcos, flechas, ornamentos etc.; ou no próprio restabelecimento das energias despendidas.[...] Entretanto, o trabalho era igualmente árduo para todos; o envelhecimento prematuro da mulher deve ser atribuído à falta de cuidados especiais de regeneração do organismo. (FERNANDES, 1989, p. 128).

Em conjunto, tais compensações definem o caráter de interdependência dos membros de uma comunidade. As mulheres poderiam passar grandes privações sem o apoio dos homens. As fontes em geral indicam a situação precária em que ficavam os homens Tupinambá que não dispunham de mulheres (mãe, "irmã" ou espôsa) que cuidassem deles. (FERNANDES, 1989, p.130).

Em resumo, o sistema de divisão do trabalho Tupinambá põe ênfase especial na dicotomia sexual e, em segundo lugar, no princípio da diferenciação por idade. A dependência dos homens em relação à mulher era muito grande, acontecendo o mesmo no lado inverso. (FERNANDES, 1989, p. 138).

“Esses padrões de cooperação social e de entreaajuda econômica constituem os exemplos citados pelos cronistas como manifestações do comunismo Tupinambá.” (FERNANDES, 1989, p.142)

Especificamente sobre a mulher Tupinambá, Florestan Fernandes, (1963), relatou em sua obra a sua importância no âmbito social e político no funcionamento da sociedade indígena, por exemplo ele registrou que as relações com as mulheres determinavam o lugar social e as oportunidades que o homem Tupinambá exerceria no grupo.

O papel de provedoras e mantenedoras domésticas atribuído as mulheres se dava a partir do matrimônio, no qual, de acordo com o autor, as relações de dependência dos homens Tupinambá sobre as mulheres se consolidavam

[...] Os homens considerados socialmente aptos para o casamento casavam-se, na maioria, com as velhas em disponibilidade. Os homens tinham necessidade absoluta de uma mulher que provesse o lar de alimentos vegetais e de lenha, que preparasse as refeições e mantivesse aceso o fogo durante a noite. Em virtude da falta de parceiras jovens, os mancebos contentavam-se com as velhas, apesar de as saberem estéreis (FERNANDES,1963, p. 158).

Ao finalizar o capítulo II, o autor expõe de forma muito apropriada o que foi a sociedade Tupinambá, fundamentado, principalmente no que concerne na característica primitiva e autoinstituída desta sociedade:

Em resumo, verifica-se o desenvolvimento de profundos laços de interdependência dos grupos familiares e de solidariedade intragrupal, em virtude da complementaridade econômica daquelas subunidades vicinais. Esses laços exprimiam-se concretamente na obrigação de entreatajuda econômica e de cooperação social, nos casos de insucesso de alguns grupos familiares ou de crises circunstanciais no abastecimento da comunidade. O principal fator de equilíbrio no sistema econômico Tupinambá consistia na observância de um comportamento recíproco, que pode ser traduzido em termos do princípio de retribuição equivalente e adiada. A forma característica de apropriação dos recursos naturais e agrícolas era coletiva. Mas restringia-se aos membros do grupo familiar polígamo e da família grande, graças ao acento da economia doméstica no sistema econômico Tupinambá. Em relação aos objetos de uso pessoal existia uma noção específica de posse exclusiva, que não eliminava a transferência temporária ou definitiva dos direitos de posse. Tal transferência envolvia a existência de laços íntimos de confiança e de amizade recíprocas e conduzia à intensificação dos mesmos. A alienação de bens econômicos só ocorria em concomitância com alterações na personalidade dos indivíduos (renascimento ou morte), de acordo, porém com prescrições específicas. E a herança do patrimônio econômico reduzia-se, essencialmente, à conservação e usufruto de uma posição na biosfera.(FERNANDES,1963, p. 148).

Após uma breve explanação sobre o que é e sobre como se comporta uma sociedade primitiva, uma sociedade autoinstuída, utilizando como exemplo desse tipo de sociedade a Confederação dos Tamoios, será realizada uma abordagem sobre como esse assunto é tratado na educação,ou seja na sala de aula sob a ótica de diversos autores historiadores e filósofos. E novamente, pautado em autores conhecidos e em estudiosos relacionados ou não ao ensino na sala de aula, será realizada uma breve dissertação sobre como o tema é apresentado, trabalhado no segmento educacional fundamental II nos dias atuais.

9 A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS NAS SALAS DE AULA, CONTEMPORANEAMENTE

Como escrito acima a “Confederação dos Tamoios” representou um conflito de resistência indígena majoritariamente dos Tupinambás (Tupiniquins, Aimorés e Termiminós), ocorrida entre os anos de 1554 e 1567, no período denominado de Brasil Colônia, nas áreas compreendidas entre o litoral norte paulista e sul fluminense (desde Bertioga a Cabo Frio). Foi o primeiro grande ato de resistência dos índios no Brasil, que lutavam pela liberdade e ainda pelo território, o que reuniu inúmeros caciques resultando na morte de muitos portugueses, franceses e índios. Quando o português implantou um sistema colonial e pretendeu transformar o índio em escravo agrícola, segregando-os nos engenhos, privados da caça, da pesca e da luta contra os inimigos, instalou-se uma guerra entre brancos e índios. Nos primeiros anos logo depois da descoberta, a presença de piratas e comerciantes franceses no litoral brasileiro foi constante. Após a invasão oficial portuguesa, também ocorreu a invasão francesa que se deu em 1555, quando conquistaram o Rio de Janeiro, fundando ali a “França Antártica”, sendo expulsos posteriormente em 1567.

Tradicionalmente nas salas de aula e nos materiais didáticos são apresentadas apenas as características indígenas que foram consolidadas ao longo do tempo por exemplo como a permanência dos povos indígenas restritos às florestas, a máxima que diz que todos os “povos indígenas viviam do mesmo modo” desde antes da chegada dos europeus, o que é uma falácia pois existem diversas etnias indígenas.

Com a invasão portuguesa, os povos tupinambás se viram diante de uma nova realidade: os choques culturais, econômicos e sociais, devido à expropriação das terras e a escravização, geraram constantes estranhamentos e enfrentamentos após o contato, determinando as relações interétnicas ao longo do processo de colonização. Dessa forma, para contornar a nova realidade que lhes foi imposta, os povos indígenas construíram estratégias de resistência, reformularam suas próprias histórias e suas próprias organização econômica, social e política frente aos novos imperativos sociais que lhes foram impostos.

Muito provavelmente por desconhecimento científico ou por interesse político da nossa sociedade as diferentes populações indígenas com suas características específicas (seu modo específico de viver, sua humanidade típica), os conflitos indígenas pelas terras, o protagonismo indígena em suas reivindicações e a invisibilidade imposta a esses povos, são temas abordados de forma bem suscinta em sala de aula e nos materiais didáticos.

Observa-se que A Confederação dos Tamoios é apresentada até certa forma com preconceito e com desinformação seja na sala de aula, seja no material didático.

Percebe-se ao longo dos estudos que:

- Os índios são apresentados e enfocados de forma secundária, ou seja, o índio sempre é apresentado em função do colonizador português;
- A história é apresentada de forma fechada, marcada por eventos significativos de uma historiografia basicamente de origem europeia;
- Os livros didáticos ignoram o processo histórico social desta sociedade;
- Os povos indígenas são apresentados pela negação de traços culturais significativos (falta de escrita, falta de governo; falta de tecnologia para lidar com metais);
- A apresentação dos povos indígenas prima pela omissão, redução e simplificação do papel indígena na história;
- A Confederação dos Tamoios é apresentada como fazendo parte de uma guerra entre europeus, mais especificamente entre portugueses e franceses, sendo os indígenas apresentados como aliados e subalternos dos franceses;
- A confederação dos Tamoios, muito raramente ou quase nunca, é apresentada como uma sociedade com vida própria, como uma sociedade autoinstituída.

A história não apresenta a versão de que na realidade os franceses se aliaram aos Tamoios, pois eram em menor número, como consta em registros os nativos eram na casa dos milhares, como nos informa a FUNAI através de seus estudos.

Francisco Adolfo de Varnhagen na sua obra “História Geral do Brasil”, teceu críticas desagradáveis e severas aos hábitos dos silvícolas brasileiros, chamando-os, inclusive, de falsos e infiéis, inconstantes e ingratos, desconfiados e “vindicos alienígenas”, a sua descrição dos povos indígenas não pode ser considerada lisonjeira, muito ao contrário é de total desconhecimento da cultura indígena:

A pintura que fizemos dessas gentes [...] bem pouco lisonjeira é na verdade. À vista do esboço que traçamos, sem nada carregar nas cores, não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem o auxílio mútuo da sociedade, e sem a terra se cultivar suficientemente, há sempre, numa ou outra época, privações e fome; e esta última aos mais civilizados converte em canibais, como nos provam as histórias de tantos sítios e naufrágios (VARNHAGEN, 1975, p. 52).

Após ao anos 1990 com a Nova história indígena alguns autores principiam a demonstrar como os indígenas eram protagonistas de sua própria história como nos relata Maria Celestino de Almeida

Embora eles tivessem grande interesse nas mercadorias dos europeus, suas relações com estes últimos significavam também oportunidades de ampliar relações de aliança ou de hostilidade. Além disso, os variados objetos de troca tinham diferentes valores e significados para os grupos envolvidos (ALMEIDA, 2013, p. 40).

Alguns autores como Medeiros ainda observam como era visto o indígena no ensino de História:

O ensino de história continua tratando a imensa diversidade de povos pelo termo ‘índios’ como se fossem uma espécie de entidade genérica – com algumas exceções quando se fala dos povos contemporâneos e são apresentadas distintas etnias, sem necessariamente aprofundar suas especificidades (MEDEIROS, 2012, p. 55).

É na escola que aprendemos a acreditar na existência de uma única categoria genérica de sociedades indígenas que são comumente lembradas no “Dia do índio”. A verdade é que, na escola, pouco se aprende sobre a diversidade cultural e sobre a importância da sua valorização, pouco se aprende também sobre o convívio com a diferença, ou com o diferente.

Ou como exprime o autor José Ribamar Bessa Freire

É importante discutir essas idéias equivocadas, porque com elas não é possível entender o Brasil atual. Se nós não tivermos um conhecimento correto sobre a história indígena, sobre o que aconteceu na relação com os índios, não poderemos explicar o Brasil contemporâneo. As sociedades indígenas constituem um indicador extremamente sensível da natureza da sociedade que com elas interage. A sociedade brasileira se desnuda e se revela no relacionamento com os povos indígenas. É aí que o Brasil mostra a sua cara. Nesse sentido, tentar compreender as sociedades indígenas não é apenas procurar conhecer ‘o outro’, ‘o diferente’, mas implica conduzir as indagações e reflexões sobre a própria sociedade em que vivemos. (FREIRE, 2000, p. 17-33).

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Dicionário Houaiss, (2001), a confederação dos Tamoio é utilizada como exemplo no verbete "confederação", vocábulo definido como "liga dentro de um país, em defesa de uma causa determinada".

Após o estudo dos diversos autores acima assinalados conclui-se que possivelmente, a Confederação dos Tamoios foi uma associação entre unidades soberanas, pois tinham o desejo de se defender da invasão europeia que além da escravização econômica também desejava o fim da sociedade indígena.

Nesse TCC procurou-se identificar como se comportou a sociedade indígena da Confederação dos Tamoios, porém devemos levar em consideração que a “Confederação dos Tamoios” não é um nome atribuído pelos indígenas mas é um nome construído pela análise social. Dessa forma, no decorrer das análises, principalmente na primeira parte, em que foram utilizados os estudos dos primeiros cronistas que formataram suas impressões sobre os donos da terra, claramente nota-se que sempre o conceito sobre essas sociedades é realizado sob o ponto de vista europeu, sendo que os nativos do Brasil do século XVI são apresentados como selvagens sem qualquer tipo de civilização ou forma de auto governo. Ao não se ensinar nas escolas ou ao não se publicar o real significado da cultura dos povos indígenas, cria-se e perpetua-se uma visão reduzida de insignificância e de invisibilidade sobre a existência da Confederação dos Tamoios. Os estudos demonstram que muito provavelmente, ao longo do processo de colonização os povos indígenas não foram apenas vítimas passivas da exploração do sistema colonial, mas que esses, sim, tiveram um papel fundamental, já que em muitos momentos os elementos da sociedade indígena – cultura, trabalho, tecnologias, terras e riquezas – foram incorporados ao processo para que este se tornasse possível, determinando assim o rumo que esse processo de colonização seguiu. Os indígenas adaptaram a cultura europeia a partir do seu referencial, recriando-a e em muitas ocasiões resistindo a ela ou a partes dela e os colonizadores ao mesmo tempo incorporaram muito da cultura indígena aos seus hábitos sociocultural tradicional.

De certa forma pode-se comparar essa sociedade e sua cultura com movimentos que se desenvolveram pelo mundo, haja visto essa sociedade primitiva possuir um alto grau de autoinstituição. Pode-se citar como exemplo e termo de comparação a Comuna de Paris em 1871, no século XIX, pois a mesma é considerada um modelo de autogestão. Nesse modelo os seus operários nomeavam seus governantes e os demitiam caso seus serviços não fossem de acordo com o desejo do operariado, esse modelo de autogestão pressupunha uma igualdade e

uma autonomia criativa as mesmas que eram encontradas na sociedade indígena da Confederação dos Tamoios, pois como já foi dito a mesma não tinha um soberano ou chefe que concentrasse todo o poder nem a figura do Estado Uno.

Um outro movimento, esse mais atual, do século XX, também considerado importante de autogestão é o movimento das comunidades zapatistas. As comunidades zapatistas utilizaram a autonomia como resistência em municípios autônomos em que a autonomia não é um projeto político, mas um processo de criação autogestiva da vida dessas comunidades. A conquista da autonomia está ligada a solidez dos territórios; a autonomia zapatista se dá na combinação de diferentes instâncias e formas de discussão e de representação. As lideranças políticas do movimento não se intitulam governo, mas mecanismo para se alcançar a autonomia que se almeja. Os Caracoles e as Juntas de Bom Governo são formas de estabelecer diálogos e discussões visando a luta coletiva contra o sistema de dominação. Os Caracoles, como são chamadas as comunidades zapatistas, mais que um território indígena, apresentam-se como uma alternativa aos modos de fazer política e viver em comunidade.

Um princípio fundamental incluído no projeto zapatista, que garante que as instituições autônomas sirvam ao povo, é o de "mandar obedecendo". O conceito implica que os líderes políticos não tomam decisões em nome de sua comunidade como seus representantes, mas agem como delegados da comunidade, implementando decisões tomadas em assembleias locais, um mecanismo tradicional de tomada de decisões.

As assembleias locais existem nas aldeias e incluem mulheres, cujo empoderamento está no coração da revolução zapatista. No zapatismo as mulheres atuam em uma nova estrutura social, no qual os papéis não são divididos por sexo. E sim por competência, habilidade e experiência. Suas atividades dentro das comunidades, se dividem tanto na luta armada como na organização social e política. As bases de apoio e as Juntas do Bom Governo, são onde a grande parte das mulheres zapatistas trabalham. Permanecendo em suas comunidades, elas ficam responsáveis por dar apoio material, econômico e político ao movimento, através da venda de artesanatos, criação de animais e dentre outras atividades. As assembleias elegem delegados para um conselho municipal, o próximo nível na estrutura administrativa zapatista.

É muito possível que esses dois exemplos de sociedades autoinstituídas, a Comuna de Paris e as comunidades zapatistas se assemelhem às sociedades da Confederação dos Tamoios em seus modelos de defesa da liberdade e de igualdade social.

Creditar que a Confederação dos Tamoios tinha um projeto anticolonial e contra os portugueses devido aos maus tratos e a escravidão sofrida pelos indígenas é uma forma parcial e simplista de ver a existência da Confederação dos Tamoios. O importante é a percepção de a

Confederação dos Tamoios tinha vida própria e que tanto portugueses quanto franceses usaram a oposição das tribos indígenas em prol de seus próprios objetivos, assim como os indígenas também tentaram fazer com os europeus.

Muito embora só ser possa fornecido um ponto de vista histórico sobre os acontecimentos, é difícil considerar a grandiosidade do que a iniciativa de resistência de autonomia e de autogestão da Confederação dos Tamoios à dominação europeia, tantos anos atrás, causou na sociedade atual.

A existência de uma sociedade autoinstuída, como a Confederação dos Tamoios, deve ser melhor estudada e com certeza por meio desse estudo deve-se construir com os discentes o exemplo de uma sociedade mais justa, sem as características consideradas maléficas na maioria das sociedades atuais tais como: a opressão, a morte, a escravidão e o Capitalismo sem freio. Talvez por ser uma sociedade que existiu de fato em nosso território, a Confederação do Tamoios pudesse ser utilizada como um verdadeiro exemplo, na construção do conhecimento junto aos discentes, de uma sociedade que não evoluiu para uma sociedade com Estado, e quem sabe por meio desse modelo de sociedade caminhar-se-ia para o fim do Capitalismo exacerbado.

O conhecimento do passado, é fundamental na construção dos novos valores e esse conhecimento pode e deve nos impulsionar a mudar o presente e o futuro, para que sociedades mais justas e igualitárias surjam.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfozes indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ANCHIETA, José de. **Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.
- BARRETO, Luís Filipe. **Descobrimientos e Renascimento, Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI**, 2ª Ed, Lisboa: I.N.-C.M., 1983.
- BICALHO, Maria Fernanda B. A França Antártica, o curso, a conquista e a ‘peçonha luterana’, **Revista História**, São Paulo, n 27, 2008.
- BOBBIO, Noberto; MATTEUCC Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB. 2004.
- BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. São Paulo: Publifolha., 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Uma sociedade à deriva**- Debates 1974-1997. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.
- CLASTRES, Pierre. **A arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac-Naif, 2004.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac & Naify, 1994.
- CORTESÃO, J. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Lisboa: Portugália, 1967.
- DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambás**. São Paulo: Difel, 1963.
- FERNANDES, Florestan, Organização social dos Tupinambás. In: HOLANDA, Sérgio de. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Difel, 1976. Vol 1. p. 72-86.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. A herança cultural indígena ou cinco ideias equivocadas sobre os índios. In: ARAUJO, Ana Carvalho Ziller de; CARVALHO, Ernesto Ignácio de; CARELLI, Vicent Robert (org.). **Cineastas indígenas** – um outro olhar. Guia para professores. Olinda, PE: Vídeo nas Aldeias, 2010, cap. 18, p. 17-33.
- GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. **Autogestão: Mudança Radical**. Tradução: Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IGLESIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v..6, n. 14., p. 23-35. Jan./Apr de 1992.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. Itatiaia: Garnier, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **Sociedade comunista primitiva e sua dissolução**. 1ed. São Paulo: Edições Iskra, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital**. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARANHÃO, Ricardo; ANTUNES, Maria Fernando. **Trabalho e Civilização**. As origens da modernidade.(Do século XVI ao XIX). Ensino Fundamental. São Paulo: Editora Moderna, 1999. v.3.

MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. **Villegagnon e a França Antártica**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MEDEIROS, Aparecida. **Povos indígenas e Educação**. 2.ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2012.

NÓBREGA, Manuel da. **Cartas do Brasil e mais Escritos do Padre Manuel da Nóbrega**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

NOVAES, Adauto. **A Outra Margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PINHEIRO, Cônego Fernandes. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1980.

PROUDHON, P. J. **De la justice poursuivie dans la Révolution et dans l'Église**. Estudo IX,. Paris: Éditions Marcel Rivière, 1932.

QUINTILIANO, Aylton, **A Guerra dos Tamoios**. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1965.

REIS, Paulo Pereira dos. **O Indígena do Vale do Paraíba**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 1979. Coleção Paulística. v. 16

ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SAMIS, Alexandre. **A comuna de paris uma aventura socialista**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

SERRÃO. Joaquim Verissimo (org.). **O Rio de Janeiro no século XVI: documentos de arquivos portugueses**. Lisboa: Edição da Comissão Nacional de Comemorações do IV centenário do Rio de Janeiro, 1965.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1971.

SOUTHEY, Robert, **História do Brasil**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier. 1862.

STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**: primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2011.

THEVET, André. **As Singularidades da França Antártica**. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Ed. USP, 1978.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**: Tomo I. Ed. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1981.

VIANA, Nildo. O que é autogestão? **Revista Enfrentamento** n 2, jan./jul. 2007